

CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

**BACHARELADO EM JORNALISMO, PUBLICIDADE E
PROPAGANDA, RADIALISMO,
E RELAÇÕES PÚBLICAS**

**"Hipostasia do simulacro, verossimilhança e estética
da fragmentação no noticiário: uma breve leitura crítica
da *ideologia-residual* na(s) narrativa(s) mediática(s)"**

FELLIPE DA COSTA KNOPP

[20084251]

Rio de Janeiro

ABR/2010

FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
BACHARELADO EM JORNALISMO

Monografia apresentada às Faculdades Integradas Hélio Alonso, campus Méier, sob orientação da Professora Doutora Gilda Korff Dieguez, como requisito elementar para obtenção do título de bacharel em *JORNALISMO*.

Rio de Janeiro
ABR / 2010



Mediante todos os dispêndios onerosos e esforços sobrecomuns que tiveram de se depreender em virtude de circunstâncias desafortunadas, injustificáveis e ilegítimas que às vezes alguns poucos de nós têm de enfrentar, e com satisfação que, nadando contra maré, consigo agora finalizar este trabalho monográfico de graduação, estendida de modo desnecessário, mas inevitável, por período demasiado. Sem qualquer expectativa de que os méritos e virtudes de um indivíduo honesto possam ser compensados, resta-me aqui a satisfação quase "solitária", apesar de tudo aquilo que de espúrio haja me cercado, por fim, poder regozijar do mérito que sem modéstia defiro eu mesmo a minha produção em função da sua qualidade, nessa instância (e até em comparação com trabalhos de outras), que aqui se mostra de forma evidente. Pouco tenho de agradecer por esse resultado! Pouca gente contribuiu efetiva e beneficentemente para este (muitos contribuíram, ou ao menos torceram muito, para o contrário). Muito trabalhei sozinho. Trabalho que me seria tão menos árduo se os empecilhos extrínsecos não se interpusessem tão tenazmente aos meus empregos intelectivos. Entretanto devo reconhecimento justo e sincero a algumas pessoas (que juntando não devem ultrapassar o número de dez), a maioria delas por relações não vinculadas diretamente a este trabalho. Uma dessas pessoas me acompanham desde sempre. Outras tive a honra de me relacionar no início dessa fase tão especial chamada de faculdade. Outras dessas pessoas, ainda, infelizmente, tive só a oportunidade de conhecer já na etapa derradeira dessa instância, mas que se somam aos bons com mesma raridade honrosa e afetuosa na autenticidade de méritos justos.

Dedico primeiramente, como se já pôde notar, e seria hipócrita se assim não o dissesse, essa monografia a seu *autor*, esta imagem que aprendi desde já a reconhecer-me por *Eu*.

Dedico às duas pessoas mais especiais de minha vida: dedico-me-a à memória de meu pai *William Knopp*, o homem que ensinou-me o valor do caráter, da honradez e da justiça (como também a pensar o mundo) e à existência de minha mãe *Glória da Costa Knopp*, a senhora que ainda hoje atravessa comigo as intempéries desventuradas da vida, validando todas as premissas dos laços quase inquebrantáveis que nos mantém afetivamente coesos.

Dedico essa monografia ao meu caro irmão *Glauco da Costa Knopp* - assim como eu, sujeito voltado à seu modo e campo às atividades intelectuais, àquele com quem pude ter além de uma convivência de toda a vida até então, inúmeras e proveitosas discussões teóricas e algumas boemias.

Dedico à minha querida (e caçula) irmã *Amanda da Costa Knopp*, pela afetividade, pela cumplicidade de travessuras de infância, pelo heróico, doloroso, mas, infelizmente frustrado socorro dispensado ao nosso pai em seus últimos instantes de vida.

Dedico-a em honroso e *especial* reconhecimento ao querido Professor e amigo *Marcelo Fonseca Alves*, aquele que espontaneamente se propôs a me orientar no momento em que ingressei na universidade, em 2004, dispondo seu tempo, paciência, conhecimento e afeto, em relações que extrapolaram tão otimamente os limites burocráticos do cotidiano institucional. Este contribuiu com uma parcela importantíssima à minha formação intelectual na vida acadêmica, outrossim, na compreensão de mundo. Temos muitas afinidades de pensamento: muitas precedentes ao nosso encontro pela vida, outras constituídas pela convivência e respeito mútuo. Costumava dizer humoradamente que, mesmo que Marcelo e eu viéssemos a não mais nos falar por algum desentendimento (o que felizmente não houve), esta homenagem lhe seria ainda assim deferida. Este professor também orientou meu anteprojeto, na instituição da qual egresso, de monografia denominado “*A ideologia da superação* nas instituições sociais e na fala (suposta) despolitizada da mídia como forma de desestruturação (desarticulação) do

discurso revolucionário entre as camadas populares” (2008), trabalho esse que espero desdobrar otimamente em instâncias mais elevadas. (Dedico também aos colegas do tão comentado grupo de debates e estudos, orientado por, e realizado na casa desse mesmo professor, e do qual eu tive a honra de participar durante muito tempo).

Dedico ao meu primo *Rodolpho Salomão Knopp*, um espécime de irmão pelo afeto e pela identificação, muito mais do que pelo próximo parentesco que temos. Este me é um companheiro leal de quase todas as situações, e, apesar da razoável diferença de idade entre nós, tem uma capacidade de entendimento do mundo que me faz refletir-me em nossa amizade e o eleger como um interlocutor permanente com quem, além de poder passar algum conhecimento, também posso aprender bastante.

Ao meu primo *Luiz A. R. Carvalhal Jr.* (“Luizinho”), em nome de toda uma infância e adolescência em que nos freqüentamos e caminhamos juntos, feito verdadeiros irmãos (além do fato de termos a mesma idade e termos nascido quase no mesmo dia).

Dedico à minha parentela, mas por ser um trabalho acadêmico, especialmente ao meu tio *Rodinei Knopp*, em cuja casa fui recebido afetuosamente num momento muito delicado de minha vida, alguém que sempre nos incentivou a estudar (e muito!), e aquele com quem pude ter, além do convívio diário durante mais de uma ano, diálogos prolongados e esclarecedores.

Ao amigo *Marcelo Rodrigues* (CG – RJ), pela fidelidade à manutenção de nosso longo laço fraternal, resistente ao tempo e à distância (e a algumas intrigas).

À Professora *Andrea do Araújo Vale*, onde estiver.

À minha amiga e ex-psicanalista *Betty Grinmann*, por quem tenho gratidão e afeto (onde esteja).

Dedico ao caro Professor *Ivo Lucchesi*, um dos casos raros que mencionei, de pessoas que só pude conhecer no momento final do curso, mas cuja afinidade mostrou-se tão efetiva quanto espontânea, e com quem, também, pude notar semelhanças e certa "cumplicidade" no modo de pensar "as coisas do mundo", palavras quais me dedicou à contra capa de seu excelente livro, e as quais reforço.

Dedico essa monografia à minha *orientadora* Professora *Gilda Korff Dieguez*, comprometida nas vicissitudes desta empreitada em sua fase decisiva. À sua cumplicidade, talvez involuntária (visto que inerente), mas não-fugidia.

E finalmente

Às memórias de todos os justos,

“sem pátria” e sem deus,

mas com Verdade,

Ode ao seu sacrifício moral!

Prefácio

Uma das propostas fundamentais de nosso trabalho teórico em cuja forma e modo próprio de discussão se apresenta como um ensaio filosófico é sinalizar determinadas direções de desdobramento de um tema recorrentemente aludido por diversas literaturas qual conjuntáramos sob a insígnia do "discurso sobre a representação". Representação como forma culminante de produção social de trabalho morto, representação em sua forma mais proeminente que transborda as arestas do campo artístico em sua techné e se propaga por diversos segmentos da vida contemporânea. Walter Benjamin e seus colegas da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer, começam o trabalho de realizar um inventário crítico da cultura industrial do ocidente da primeira metade do Século XX.

A forma mais otimizada da reprodução técnica ainda estaria por vir na segunda metade do século: a duplicação de idênticos numa logística capciosa se irradia para a esfera da vida comum, lado a lado se apresentam representação e realidade de modo indistinguível no nível da forma e do conteúdo, mas sobremaneira do modo - um espetáculo da aparência para qual a apropriação real da vida se mostra fadada a uma repulsa generalizada mediante os apelos hipnóticos do reino global da falsificação sem limites - esse é o status do ethos denunciado por Guy Debord de *A sociedade do espetáculo*. Em conformidade com a "escolha já feita na [origem da] produção" (DEBORD: op.cit.). Era o preâmbulo de uma mudança qualitativa da ordem social que se mostraria ainda mais ob-nublar.

Uma vez que a produção e decorrentemente o *modus vivendi* contemporâneo se sustentam sobre a "incessante renovação tecnológica" (ibid.), o aperfeiçoamento das técnicas da reprodução atingem seu ponto fundamental como também o cerne da vida social: chegamos à era da eminência do código, ao que atesta Jean Baudrillard em toda sua vasta literatura sobre a construção e dominância dos simulacros até seu atual estágio, desde *A troca simbólica e a morte* até ao celebrado *Simulacros e*

simulação, em que o autor retoma mais detidamente as discussões iniciadas naquele trabalho, mas renunciadas já em *O sistema dos objetos*, em seu capítulo denominado "modelos e séries".

Simulação e hiperrealidade, operação realizada pela codificação de cada fator, manipulação interna da lei composicional de uma dada relação, função combinatória dos elementos fundamentais da vida, *genoma*, seja ele animal, robótico, imagético ou social. Esse é o fundamento, a estrutura nuclear de produção das coisas na atualidade cuja reversão opera também sobre a linguagem a cuja lógica se iguala: identidades plenas, singularidades anuladas pela indiferença elementar, elisão do referente real, manipulação simbólica na "magia do código" (id.).

No trabalho que se verá adiante encontra-se a síntese seleta dos elementos teóricos designados acima, alguns modos particulares em que comparecem e operam na construção do discurso midiático cuja ideologia é sustentada pela função da mensagem jornalística, a perfeita identificação imaginária da sociedade dita "pós-ideológica", *pós-moderna* ou *performática* - no sentido mais estrito que esse(s) termo(s) possa(m) designar.

O autor

Palavras-chave:

SIMULACRO; DISCURSO; ESTÉTICA; IDEOLOGIA; MÍDIA

Sumário

1- Hipostasia do Simulacro

Introdução: "A ordem dos simulacros" e a delimitação epistemológica do termo.....12

1.1 - a representação do simulacro imagético no jornalismo.....14

1.2 - o simulacro como efetividade narrativa.....16

1.3 - representação e consumo estético.....19

1.4 - os simulacros verbais e a figuração-elipse.....21

1.5 - a edição como simulação.....23

1.6 - o simulacro como substância neutra: a entronização da postação no relato jornalístico.....25

2- A verossimilhança

Introdução: a efetivação histórica.....27

2.1 - a verossimilhança como narrativa: a sugestão.....28

| | |
|--|----|
| 2.2 - a representação como produção da realidade..... | 34 |
| 2.3 - a narrativa muda como construção da Verdade..... | 39 |
| 2.4 - o idêntico como ontologia na representação..... | 43 |
| 2.5 - a fala especular e o interlocutor ausente..... | 47 |
| 2.6 - o especular, o ícone, e as hipóteses seriais no relato-noticiário..... | 54 |

3- A fragmentação

| | |
|--|----|
| Introdução: Pós-modernismo e sua estetização..... | 69 |
| 3.1 - a consciência superficial..... | 71 |
| 3.2 - diagramação-mosaico..... | 75 |
| 3.3 - muito variedade, poucas variáveis..... | 77 |
| 3.4 - intensidades difusas..... | 80 |
| 3.5 - Efemeridade e <i>momentum</i> (Jameson)..... | 83 |

4- A Ideologia

Introdução: um conceito leigo.....85

4.1 - a impessoalidade como mito de imparcialidade.....90

4.2 - a Hiperdeterminação-mercado.....94

4.3 - brasilidade e o ideologismo do emocionalismo.....98

4.4 - Ideologia e sobredeterminação pautada.....101

4.6 - O chauvinismo epidérmico.....105

4.5 - A elisão do Sujeito e a ideologia-residual na narrativa jornalística...108

5 - Síntese e conclusão.....119

Bibliografia.....112

1- HIPOSTASIA DO SIMULACRO

INTRODUÇÃO

A Ordem do simulacro e a delimitação epistemológica do termo

Frente aos inumeráveis tratamentos que se tem dispensado ao termo *simulacro* ao longo da história registrada do pensamento ocidental, desde a antigüidade clássica, bem como sua própria evolução que não perfaz--se em designação puramente cronológica, mas efetivamente epistemológica, assume-se neste discurso um emprego da conceituação a partir da delimitação estabelecida pelas extensivas exegeses da literatura de Jean Baudrillard, talvez, o crítico que melhor tenha votado atenção a esse problema no último século, sobretudo no que diz respeito à função deste, simulacro, às demandas analíticas e conseqüências praxilógicas suscitadas pela nova dinâmica mundial com as alterações geradas no processo de produção com o desenvolvimento e inserção de novas e sofisticadas tecnologias reprodutivas: tal enquadramento conceituativo é corroborado eminentemente com a obra denominada *Simulacros e simulação*, em que aponta as bases da implosão inerente ao jogo de percepção e constatação relativa do real em função da indistinção fundamental à relação modelo-cópia no atual momento da produção social.

Seguir-se-á curso de nossa exposição acatando com presunção de satisfatoriedade epistêmica, enquanto premissa a esse discurso, o emprego terminológico símile ao sentido por Baudrillard demonstrado, ou pelo menos tendo este como estribo à nossa incursão teórica.

Entenda-se por *simulacro* a resultante numa relação de produção em que modelo e cópia são subsumidos num jogo de identidade plena em que se não mais pode determinar o limite da separação entre os elementos do domínio e da imagem na especularidade que os fundamentara particularmente enquanto tais.

Cada fator é indistinguível da correspondência simétrica de seu duplo alelo como negação do significante de clivagem entre interioridade e exterioridade, diga-se, cada elemento, em seu corpus ou materialidade, entendido como uma dinâmica de linguagem cujo código peculiar comparece em cada reprodução com mesmo rigor identificatório em grau recíproco.

A indiferença elementar não permite demarcar uma particularidade decisiva que fundamente um termo como efetuação positiva na suposição de seu duplo negativo (original/cópia) - com efeito, a dialética que se efetiva na oposição objetiva se anula na mútua absorção que cada termo opera na função, a sucessão evolutiva verte-se em escala linear entre objetivamente idênticos e a noção positivo-negativo dissolve-se nesse nível de relação (concreta), as identidades se neutralizam subvertendo entes em *res* pela derrisão da partícula diferenciadora que os intimiza numa função em dialética. Matriz e cópia são (re) produzidas sem qualquer diferença imanente.

A era da simulação [e do simulacro] inicia-se, pois, com uma liquidação de todos os referenciais. (...) Trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo processo real pelo seu duplo operatório, máquina sinalética metaestável, programática, impecável, que oferece todos os signos do real e lhes curto-circuita todas as peripécias (id. p9).

Nessa perspectiva, quando essa formação de logos encontra sua profusão na expansão indefinida da vida social determinando seu *ethos* pela assunção efetiva do que posta como produto indiferente à sua grandeza geradora, toda realidade dominada segundo as leis de sua própria composição é obliterada em privilégio de sua natureza transluzida de si mesma: a esse estágio efetivo da simulação que presume a "precessão do simulacro" Baudrillard denomina *Hiperrealidade* - **o real sofre infradeterminação a partir de seu próprio contrainvestimento.**

1.1 - A *representação* do simulacro imagético no jornalismo

Conforme Baudrillard atesta, os sistemas de produção e postação de signos estão instituídos numa configuração que designa por simulacro de 3ª ordem. Esse padrão de signo, não mais se remete ao real propulsionado a representá-lo, já não representa coisa alguma, tampouco media uma relação simbólica na operação troca-valor, mas emancipa-se ao universo constitutivo autorreferenciando-se, numa ambigüidade de ser ele mesmo fator decisivo do real e desvio desse real pela representação de si mesmo - anula-se efetivamente como representação e como real. Signo puro, esse tipo de simulacro não atua nem como valor de evocação de natureza e nem como intercâmbio de moedas produtivas, mas na *função estrutural do valor*. É nessa perspectiva que se deve considerar a escala de reprodução de signos a partir das técnicas disponíveis atualmente, inclusive a das diversas imagens e sua aplicação no noticiário jornalístico.

O que antes, num grau menos elaborado de sofisticação dos sistemas de produção dos signos, pudéramos chamar puramente de *imagens apostasiadas da vida* (DEBORD: 1997), já não se logra designar de tal modo, uma vez que a linha demarcatória entre os engendramentos signíficos que conferem ao real sua estrutura singular ao Imaginário e a narrativa que se inclinava a representá-lo elidiu-se.

O simulacro constitui-se com a mesma estrutura de inscrição do fato no Imaginário que lhe confere sua valia como *principium* de realidade objetiva.

As técnicas da simulação alcançaram perfeito êxito no manejo infraestrutural das codificações que compõe a reconstrução imaginária da realidade enquanto tal. Desse modo, o fator receptivo do jogo estético que confere à imagem seu caráter efetivo de continuum do real na subjetividade, na origem, é afetado identicamente aos estímulos propulsionados pelo real em sua própria *res*, frente à captação para qual o efeito acabado lhe autentica como objeto de si. Com isso, tanto o ícone quanto a narrativa em suas codificações inerentes e sua postação estratégica dissimulam o real como

simulação de si mesmo - a realidade torna-se (re) produzível em escala exponencial, seu valor efetivo é nulo.

Cada vez que se coage um signo a "falar" por si mesmo incorremos numa tautologia paradoxal. Um signo cuja significação remete-se a ele próprio não é mais do que uma *onomatopéia* - natureza forjada por arbítrio de um puro significante autárquico. Coage-se àquilo que nada significa a ultrapassar seu nada significado por sua própria força significante. O resultado é a alienação crua no significante que eclipsa a interferência vetorizada em sua pseudautarquia - o sentido que lhe ultrapassa lhe é extrínseco, mas não se reconhece aí nessa formação enquanto tal, já que essa imagem não mais ilustra, ela atesta a realidade. Seu próximo movimento nessa circularidade o signo lhe prediz.

A relação que insere a *imagem-simulacro* na narrativa factual de que se presumira a realidade elide seu aporte, essa imagem passa então a constituir-se como a própria putação retórica do real. Na reificação que imanesce dessa relação na inversão especular cuja inversão óptica assume a imago transcendente, o que se dissera apostasiado do real é hipostasiado de modo reificado no relato, que é narrativa construtiva, como hipostasia iconográfica. Nessa alienação, a imagem se resubstancializa em matéria, sua assunção mostra-se enquanto fetiche em sua autarquia. Já não se refere a mais nada, apenas se exhibe e tem nessa mostra a fidedignidade de corroborar o fato o qual *fagocitou*. Seu *status quo* no discurso jornalístico é de entronização por um imperativo estético. Torna-se apodítico ao validar-se conforme a evidência primária dos sentidos recrudescidos na relação com o mundo: a *identificação* é instantânea à qual as *projeções* narcísicas ratificam.

A cada atributo paradigmático, a imagem imanta uma série de representações instituídas, em torno de si, como consecução *in natura* do que é apenas hipotético - o valor inicialmente assertórico de uma imagem no jornal salta vertiginosamente as etapas de seu ajuizamento estabelecendo-se desde já como apodização. Essa validação coincide com a arbitrariedade ideológica de um nome de nascença ou da constatação monádica de uma cor primária. O

signo-simulacro fecha sua significação na rotação que exerce sobre si - uma "tela total" (BAUDRILLARD: 1997 - p 158):

A televisão [e seu jornalismo] passa a girar em torno de si mesma, na própria órbita, e a detalhar à vontade as suas convulsões porque não é mais capaz de encontrar sentido no exterior, ultrapassar-se enquanto meio para encontrar seu destino: produzir o mundo como informação e dar sentido a essa informação. Por ter usado e abusado do fato através das imagens, até se tornar suspeita de produzi-lo por inteiro, está virtualmente desconectada do mundo e involui no seu próprio universo como um significante vazio de sentido (...)

1.2 – O simulacro como efetividade narrativa

A relação do Sujeito com a realidade a partir de seu principium instaurado pela ausência essente é reconstruída no Imaginário na relação especular que lhe é inerente nessa dialética - isso dito desde Louis Althusser em remissão à Lacan e aos idealistas alemães, passando pela estética transcendental kantiana da Crítica da razão pura.

A relação dos indivíduos é uma *representação da relação imaginária estabelecida na clivagem entre estes e o mundo*¹. A narrativa é a forma mais disponível a essa reconstrução imaginária por meio de jogos simbólicos. Na inversão alienada conseqüente da objetivação em que a tessitura discursiva se emancipa de sua matriz geradora (isto é, seu produtor), essa produção torna-se autônoma, um sistema autorregulado como um organismo vivo - daí a relação de fetichismo que se corrobora em sua contemplação e disseminação. Não é como um simulacro de 2ª ordem como o conceituado por Baudrillard,

¹ - cf. Althusser - Aparelhos ideológicos de Estado

mas se imposta no jornalismo como efetivamente o de 3ª ordem, qual mesmo a imagem produzida por processo de modulação. A estrutura sistêmica é indefinidamente proliferada - seu código é de reprodução do início ao fim - sua lógica funcional-operacional é idêntica a da linguagem.

Na narrativa jornalística só a identidade entre os termos enquanto reconstrução de um fato ausente importa como demonstração irreduzível das possibilidades. O real, mormente, não é seu paradigma, seu paradigma é a seleção imanente percrustada nos meandros da própria linguagem de que se vale. É a sintaxe desse discurso que determina o fato: sua validade evidente, seu juízo e seu valor. Todo processo é engendrado e assimilado sem contrafação exatamente porque sua estruturação coincide com toda lógica da destinação, da recepção.

Objetividade e Subjetividade fundiram seu núcleo original numa simbiose catastrófica, ou cancerosa, como diz Baudrillard. Nenhuma significação se estabelece sem remissão a outra que lhe antecede e a outra ainda que se interroga - esse é o fator mais perigoso e decisivo quanto a eliminação da singularidade e da domesticação das identidades "metastásicas" em qualquer produção, pelo que verter-se-á em conjuntura signíca.

O esquema de produção, técnico e tecnológico, disponibilizou um código maleável cujo referente não passa de uma presunção reminiscente. Os elementos podem permutar-se à revelia da suposição de seu aporte (desnecessário) sem perder as características estruturais que o validam como fator (pseudo) objetivo, embora epistemicamente não se possa dizê-lo.

A comutação operada que os relaciona não é mais a intersecção pelas arestas da exterioridade: os elementos podem encontrar comutação em quaisquer aspectos, sobretudo da nuclearidade. Assim procedendo, a profundidade do interno se desdobra na superfície plana num discurso que por isso não pode ser mais do que demonstração das evidências em nível sensível (grifos em negrito serão nossos):

A partir do momento em que o trabalho morto sobrepuja o trabalho vivo, isto é, a partir do fim da acumulação primitiva, a produção serial cede lugar à geração pelos **modelos** [que são uma espécie de assunção imaginária, conforme atesta o autor in *O sistema dos objetos: "modelos e séries"* - 2006.]. E, aí, trata-se de uma reversão de origem e finalidade, já que todas as formas mudam a partir do momento em que já não são mecanicamente produzidas, mas *concebidas a partir da sua reprodutibilidade mesma*, difração a partir de um eixo gerador chamado modelo. Estamos aí nos simulacros de terceira ordem. Já não há contrafação do original como na primeira ordem, mas também não há série pura como na segunda: **há modelos de onde procedem todas as formas de acordo com modulações de diferenças**. Só a filiação ao modelo faz sentido, e nada procede mais de acordo com seu fim, mas do **modelo, "significante de referência"**, que é como uma finalidade anterior, e a única **verossímil**. Estamos na simulação no sentido moderno, onde a industrialização é apenas a forma primária. (IDEM: 1996, p 72).

As chaves da narrativa funcionam como *termos valise*², partículas discursivas inespecíficas reversíveis e desdobráveis numa gama inumerável de possibilidades de significação cuja gravidade atrai diversos signos à sua órbita lhe orientando o curso. Pura analogia asséptica, estes conduzem a conversão da denotação em conotação na evolução metonímica da linguagem - o simulacro iconográfico lhe cumplicia a ignomínia - a fascinação ilusória da imagem autêntica sua perfídia operacional, e nela se revalida.

O fato e a realidade tornam-se dispositivos sintáticos, seus logoi são indiferentes. Nessa sedimentação do termo que identifica em si mesmo denotação e conotação revalidadas na constatação do ícone, a relação objetiva não reencontra efetivamente seus fatores inidênticos. As operações objetivas

² - Cf. Gilles Deleuze, *Lógica do sentido* – sétima série: das palavras esotéricas.

efetua-se como ambigüidade funcional - numa oscilação reminiscente, seu *minimum conservatio* paradigmática, a res objetiva é subvertida em metáfora de si mesma. Passa a simbolizar um esquema prévio de relação imaginária: o corrobora. Assim é que a experiência da recepção faz-se simultaneamente delegadora e denegatória, a constatação do fato pelo próprio interlocutor não encontra mais nenhuma valia prática.

A *simulação* torna-se mais plena e realística do que a realidade possível de constatação ("vestígio"). A narrativa do jornal, sobretudo o televisivo, adquire mais força do que o fato mesmo - nesse mesmo movimento ele o passa a produzir como queira. Interapelação narrativa no hiperreal, e que os dados da codificação do real são hipertônicos - daí toda sedução e sevicia da narrativa midiático-jornalística, determinismo *hiperestrutural*.

1.3 – Representação e consumo estético

A Contemporaneidade constitui-se como um momento histórico do fim das grandes-ideologias e, por conseguinte, dos projetos coletivos de longo prazo que apostavam nessa proposta como garantia de perpetuação material e ideológica.

A razão produtiva, que logrou dominar a natureza e domesticar esse resíduo de natureza no homem em que se puta a contingência, exerceu essa dominação, que é seu princípio, sobre si mesma. Ao desnudar-se frente o espelho a Razão deflagrou o aleatório como partícula recusada de seu sistema: as vicissitudes se recrudescem, deus como princípio absoluto é irremediavelmente elidido, o mal-estar civilizatório se instala como sentimento do efêmero.

A própria razão produtiva elevou seu status ao ponto de autonomizar quase todo processo produtivo - neles, razão e produção, o homem atual não mais aporta suas expectativas de felicidade. O destronamento das certezas

dos megadiscursos absolutizantes suscita a atenção ao instante presente em função do dever imprevisível - o homem pueril, ao reconhecer tal condição mortal, do *isso* freudiano-laciano, busca acumular turbilhões de prazeres que lhe aliviem a angústia e confirmam um sentido mais imediato à sua vida - o hedonismo predominante é efeito inevitável.

A urgência do agora, que a atualidade levanta como uma das principais questões impossibilita o momento da reflexão profunda dos eventos apresentados como rede inumerável de múltiplos estímulos a serem elaborados como síntese de juízo criterioso.

No vício tautológico em que se estabelecem as relações de produção, o produto celebrado deverá conter em si os dados indispensáveis a tornar o consumo em experiências puramente sensíveis - o lúdico do lazer e do consumo, que é também lazer, está *fadado* aí - objetos cujo apelo estético estimule o centro nervoso da recepção para quem o aquilamento do valor-signo se dá conforme o grau de acumulação de sensibilidades (é também uma acumulação primitiva, mais primitiva do que a do capital). Com a mensagem do jornal e da indústria cultural não é diferente. Cada aspecto do enunciado contém o estímulo sensível necessário a essa acumulação autoesgotável como seu código fundamental.

O trágico entronizado no jornalismo não é mais do que apelo nevrálgico a funcionar como um entorpecente estetizado que não permite que a conclusão destinatária ultrapasse o nível das impressões. O turbilhão quantitativo já não possibilita deduzir a trajetória de sua evolução cumulativa.

A qualidade é aludida por nuances vertiginosas nas reversões contrastantes das *schematas* às quais o material sensacional se exhibe. A nudez noticiária se exhibe, ao passo que sua *moralia* estatutária e deontificadora se confinam às margens da imagem e de toda representação "pornográfica" (sua estética é pornográfica, mesmo ao tratar de "anjinhos"). Picos de sensoriedade, o ordenamento da narrativa com as disposições calculadas das diversas representações transformam o destinatário num *dinamo* - seu vício

imediatos, como narcodependência, é a energia vital que alimenta a maquinaria desse sistema em sua tautológica.

O olhar pulsional erigido oblitera a imaginação produtora e contraprodutora da recepção, seu consumo estético é simultaneamente consumo, compulsão fantasmática. Toda sentença se inicia, se reduz e se sedimenta em percepções - a experiência com o noticiário é quase publicitária, tão fetichista quanto. Grosso modo, a recepção degradou-se em pura captação, experiência imediata dos sentidos ante a representação, *simulação* narrativa da mídia, do jornal.

1.4 - Os simulacros verbais e a figuração-elipse

Baudrillard distingue três ordens de simulacros: o da *contrafação*; o da *produção* e o da *simulação* - respectivamente, primeira, segunda e terceira ordem de simulacros.

Na sociedade do medievo, de castas, havia um interdito rigoroso na ordem da representação, comprometimento cristalizado dos signos no jogo das significações - hierarquia signífica totalmente comprometida com a verticalização social.

A partir da Renascença, para Baudrillard, a relação com o signo é descomprometida da significação rígida e cristificada. O signo é então emancipado em decorrência de sua proliferação irrestrita - regime da *contrafação*.

O signo tornou-se livre, mas "o signo 'livre e emancipado' só é livre para produzir significados equivalentes". A função segundo o modelo se estabelece como comércio distintivo dos signos entre si - o *estilo* na retórica confere o *status qualitativo* creditado em reversão como idoneidade ideológica, e estabelece um padrão ideal como referência constituindo o regime da moda.

O padrão o qual os signos distintivos atingem na hierarquia estabelecida a partir do estilo substitui o fator natural do real do signo. Essa rede ampliada dos signos deve encontrar correspondência, não efetiva, mas factível nas relações objetivas da práxis social, equivalendo-se aos fatos no que se postam como a verdade no real a partir do logos do arranjo que o constitui, identificando pelo *logos*, aí putado, tais e quais. É desse modo que os signos verbais atuam no noticiário, predominantemente como *simulacro de contrafação*, de primeira ordem, mas atuam também como os de segunda ordem, pela *figuração-elipse*.

Os *simulacros* de 2ª ordem, que são os simulacros de produção (industrial) para Baudrillard, incidem sobre a relação do mercado do valor - a metáfora do robô que põe em questão a proposição da **equiparação objetiva do valor relativo à função - este se posta, mormente ao campo operatório das atividades e da dinâmica do signo**.

A figuração-elipse substitui a demonstração objetiva pela argumentação sem tocá-la, a desqualifica de saída como método de elucidação. Identificam-se com o arranjo elementar que compõem o *factum* na supercificalidade, mas não estão comprometidos necessariamente a representá-los estritamente segundo sua procedência no real. Tendem mais ao virtual do que ao efetivo. Mas este não é ainda um virtual estrito, está para um *estruque de linguagem* cuja relação com o referente é uma remissão de aparência, contudo, nessa aparência o arranjo geral do discurso propulsiona a recepção a ali se estagnar. A reversão imaginária, já é sabida, se efetuará como uma indução ao todo discursado.

Dada sua disposição estrutural, o simulacro verbal no jornal estabelece um comércio imaginário entre a digressão sugerida do termo no sentido e a materialidade real como significante, intercambiando projeções e identificações referenciados num aporte vazio de significação - o *factum* puro. Com essa possibilidade difracionária, a linguagem do jornal logra parar num estágio intermediário quanto à qualidade semântica dos termos, o cálculo da disposição de seus empregos no relato. Esses elementos apresentam-se, passim, em sua vertente híbrida.

O significado metaestável do factum é elidido no leque das possibilidades semânticas, e direcionado morfossintaticamente. O endossamento imagético ratifica a elisão de toda elucidação argumentativa pela simples sugestão que lhe é inerente à codificação.

Denotação e conotação fundem-se estacionariamente nas nuances da narrativa jornalística, amiúde, propulsionando com a repetição uma disposição igualmente híbrida com a práxis - a determinação realística do discurso noticiário elide, mais uma vez, a possibilidade semântica da conotação, vertida obrigatoriamente em seu oposto como hipótese ou apodização.

A situação do contexto jornalístico determina todo seu relato como factum. Não há possibilidades explícitas no jornal, só há certezas, verdades. O logro Imaginário é o da identificação perfeita com o real. As figurações logram desdobrar os fatos por sua interioridade, não logram se estabelecer como doxologia inconseqüente ou problemática.

Vê-se a *estilização* diluída no discurso noticiário, com intercalação de termos híbridos, orientarem o fator qualitativo doajuizamento no exercício da significação estendida. Figuras de linguagem nos meandros de uma retórica que se presume descrição asséptica e ascética. Elisão da causa objetiva no mundo de co-possíveis idênticos pela estrutura.

1.5 – A edição como simulação

Todo trabalho de edição implica um *minimum* de atividade paradigmática: critérios de seleção e classificação qualitativa do objeto abordado. Seu material disponível é na origem um fracionamento fenomênico cuja sideração especular conjuga a especificidade em si do objeto numa operatória de gradação bífida que por definição pode ser infinita.

A intuição (Kantiana) é então, desde a gênese, um recorte, isto é, uma escolha e uma "intervenção" *hiperdeterminadas* - interferência imanente e

involuntária do Sujeito da contemplação ou do conhecimento. A edição está mais adiante no tocante esta hiperdeterminação - nela fatores imanentes e voluntários atuam em seus vetores constituindo o exercício sintético que resultará na unidade narrativa da materialidade discursiva do noticiário.

A correspondência de cada partícula fragmentária do fenômeno decantado pelo crivo subjetivo (hiperdeterminado) se estabelece como uma relação comutativa dos idênticos factíveis de gravitar os dados *apriorísticos* do real pela lógica ordenatória vigente na codificação nuclear.

A sintaxe noticiária, que ordena os elementos conforme um critério de *compatibilidade* morfológica, de que dependerá o desdobramento semântico, gravita elementos à seu conjunto em sua lógica de reunião que os coopta segundo um padrão de similaridade externa dos termos. Cada partícula do conjunto de simulacro se corrobora aí nesse processo como uma reprodução miniaturizada do real em sua causalidade objetiva. Remete-se a uma série de virtualidades equivalentes direcionadas ao Imaginário como células extraídas da realidade concreta em ilusão malograda de recompor-se unitariamente como um *cosmo* transponível e transladável.

O material editado, como simulacro, funciona como estrita decodificação do real na tessitura do noticiário. O editor opera como um espécime de "garimpeiro de aluvião", que faz levigar da substância pretendida como núcleo original do real as impurezas esotéricas que se incrustam junto a sua superfície, excessivamente. As sobras da realidade são aí excessivas ao próprio real.

Ao reproduzir um "fala" constituída segundo as mesmas codificações elementares do real, essa narrativa reduz a codificação efetiva do próprio real o matemizando objetivamente, como único modo de abordá-lo. Nessa reversão, relato descompromete-se do real e passa a o extorquir mediante a coação dos artifícios da linguagem - seleção, modelação e montagem - seu *pseudo-mundo*, exerce sobre a realidade uma cirurgia plástica cuja origem é elidida para sempre, em que a sugestão indicada pela presença efetiva do mero

significante exerce força de recomposição da realidade, analogia plena das estruturas de dialética anulada.

1.6 - O simulacro como substância neutra: a entronização de sua postura no relato jornalístico

Como já o fora discorrido, a recorrência dos simulacros, sobretudo os de terceira ordem, que incidem sobre a relação estrutural do valor do signo, por sua função hiperestrutural baseada na combinatória da codificação, logram obliterar o real validando-se com as premissas de seu próprio mecanismo, sua lógica de constituição e seu *modus operandi*. A produção constitui-se desde a origem como um sistema funcional e suas disposições logísticas são topológicos: seus meandros nucleares são módulos operatórios.

Acatando essas sentenças epistemicamente demonstradas, atestara-se uma relação identificatória própria da função do *Imaginário*, por sua constituição especular, inscrever e incorporar em sua operatória os dados compostos desse simulacro não como uma representação, mas como uma reprodução autárquica desse real - o logos que a ambos constitui não mais se diferencia substancialmente: a substância dos termos se dissolve plenamente, os termos cooptados são evocados como substância plena.

O relato jornalístico, por sua historicidade e, mormente, por sua construção morfossintática, se considera sob presunção de demonstração asséptica da verdade no real - o discurso em terceira pessoa, a substantivação do texto verbal, e fundamentalmente a postura do simulacro sob valia de imparcialidade total o ratificam sincronicamente.

O simulacro, larga medida o iconográfico, por seu caráter mais perfectivo quanto à identificação com o real (perdido), é hipostasiado em tal relato ao presumir-se (imaginariamente) em suas formações como transladação replicadora de seu referente - como mimesis modulatória, assunção ideacional

conforme o logos que inscreve os dados objetivos ao princípio de realidade (é aí, em termos de função no Imaginário que se sedimenta, lembre-se!). Nessa assunção, que entroniza o simulacro no relato do jornal por seu caráter estrutural, esse simulacro se hipostasia plenamente: perscrutação presumível do real, modalização gênica do real, e materialização reprodutória do real (substancialidade).

A identidade fundamental entre o *logos* e o *real* que deve, a partir dele, transcender como "predestinação", enquanto "manifestação do existente" (Sartre - *L'être et Le néant*), é o princípio de toda simulação - é nesse ponto que as atuais técnicas de produção chegaram. O *código* ultrapassa sua condição de código e torna-se assunção da coisa abscreta. A reprodução torna-se essente, manifestação real de seu existente, objetivo, se se resguardar a diferença no enunciado.

No que se mostra como translado ou decodificação asséptica modular da realidade, tal simulacro se estabelece como presunção e pressuposição (reduziva) de *neutralidade* - a atividade paradigmática que o corrobora permanece como elemento eminentemente intrínseco, objetivamente indemonstrável - sempre internalidade.

Como elemento estético, o simulacro transcende a narrativa que o determina e o sustém, como *função ideológica*, se posta como realmente verdadeiro. "O Simulacro nunca é o que oculta a verdade – é a verdade que oculta que não existe. O simulacro é verdadeiro" (Baudrillard: 1991, p7).

CAPÍTULO 2

A VEROSSIMILHANÇA

INTRODUÇÃO

A *mimesis* sempre foi uma questão que suscitava profundas discussões desde a era clássica - seu princípio estivera envolto de mitificação da absorção da identidade e da singularidade pelo duplo idêntico e a perda do princípio de ordenamento e subordinação da natureza que se fundamenta nesse princípio. O temor do duplo idêntico é o mesmo de Narciso: ser sugado pela profundidade interior de sua imago especular Imaginária e aí derridir-se.

A semelhança intrínseca à *mimesis* deixa patente a hipótese factível da perda da singularidade - designa sinais residuais desta. Segundo o editor da Martin Claret (2004), em sua introdução no livro *Arte poética*, a *mimesis* para Aristóteles se divide "em imitações narrativas e em imitações dramáticas". No discurso direto do próprio Aristóteles "é possível imitar os mesmos objetos nas mesmas situações, numa simples narrativa (...) a imitação produz-se segundo (esses) três modos... a saber: **os meios, os objetos, a maneira**" (ibid., p28).

A relação de verossimilhança na narrativa engloba ambos os fatores constitutivos da *mimesis*, todavia, tem como fator decisivo a imitação da *maneira* ou do *modo* elementar como uma formação real está composta, revelando pelos engendramentos artificiais, padrões de combinações factíveis nas "nuances" que apontam involuntariamente enquanto hipóteses operatórias, seja nas artes realistas ou no (tele) jornalismo, a lei de composição é a mesma: potência que se verte em virtualidade que verter-se-á em *factum* registrado pela similaridade do princípio de composição.

A *mimesis*, em Aristóteles, é uma imitação elementar segundo o modelo³, modelo constituído basicamente segundo leis sistêmicas, e um conceito. Imita-se conforme a assunção dessa ideação modular a partir do real para subsumi-lo nessa emergência.

A *verossimilhança*, que no jornalismo está mais a par com o relato verbal, corrobora um quadro de asserções a partir do simulacro factual como assunção do real em meio à representação - essa é a identificação imaginária imediata, que logra pela estrutura da composição, subverter também as projeções em identificações revertidas - tudo na *situação jornal* é acatado imediatamente como *factum*, inclusive os compostos verossímeis, por força magnética dos simulacros justapostos.

2.1 - A *verossimilhança* como narrativa: a sugestão

Como fora mencionado nas seções do capítulo anterior, o discurso jornalístico lança mão de inúmeros recursos narrativos desenvolvidos tecnicamente ao longo da história das civilizações. A base de determinante a tais recursos é a *verossimilhança*.

Como componente identificatória imediata, é na *verossimilhança* que a função imaginária da especularidade se corrobora frente esse discurso, que é imagístico e verbal. Toda presunção de veracidade processa-se como dado imediato em virtude dessa estruturação discursiva, o pseudorealismo aporta-se na subtração de mínimos elementos do real na representação que se estabelece segundo uma organização estratégica, arbitrada, a criar uma sintaxe própria como modulação de seu referente.

O referente reduziu-se ao código, e com esse código se financia o discurso do *hiperreal* no jornal, factualidade, em parte, fictícia, ficção

³ - Cf. NUNES: 2003, p 41.

semifactual, verdade reconstruída com base num referente combinatório, manipulação do *genoma* da representação do objeto a um determinado fim. *Organização da aparência* (DEBORD: op.cit.) pela narrativa, intencional ou não, que puta a verificação e constatação pela combinatória, não pelo *factum*, nem pela perscrutação metódica.

O *paralogismo* assume a posição da sentença definitiva a rigor, no imaginário destinatário - propensão transferencial da projeção/identificação, só derrubada por outra mensagem constituída segundo as mesmas *formações* daquela, verdadeiras ou falsas, é essa *forma* narrativa que defere o valor do signo, qualquer juízo deve atestar-se nela.

Tendo a verossimilhança como estribo narrativo, o discurso jornalístico se lança ao conjunto de variáveis que possam corroborar seu conteúdo no nível eminentemente *estético*, mas de modo alusivo, cujos principais são: o *realismo* (já exposto), o *trágico*, e o *épico*.

A tragédia, como na narrativa jornalística, envolve a *imitação* e a *verossimilhança* (entendida aqui como a representação autônoma no relato), disposição de *atores* e *personagens* na trama, e um enredo linear composto segundo uma coerência interna, encadeamento cronológico e variações respectivas dos atores no curso na trama. Igualmente à tragédia na teoria aristotélica, a matéria jornalística compõe um quadro em que os elementos da trama se dispõem com base em dois princípios narrativos, concernentes à estilística: *ritmo* e *harmonia* no relato.

O jornal, entendido como um todo sistemático, quadro heterogêneo de elementos funcionando organicamente, em seu caráter estético expresso na composição sintática, hierarquia e disposição funcional de seus elementos, atende a um fim que é também catártico. As variáveis temáticas indicam uma variação regular de ritmos endossados pela harmonia de cada quadro semiautônomo na relação com os demais - sua sintaxe é arbitrada, é verdade - o espectador é induzido a percorrer cada nuance do matiz emotivo sugestionado pelos vetores sinaléticos da narrativa integrada (mormente visual), estando em jogo nessa variante de contrastes os processos de

expurgação e depuração (que prefiro chamar de "decantação"): ele, o destinatário da mensagem, é propulso a reproduzir, junto com os atores envolvidos nos fatos relatados, todos os acidentes emocionais que a sensibilidade desarmada lhe permite no fluxo da trama em seus apelos estéticos, com a identificação/projeção nos signos-mestres.

A matéria jornalística, propriamente, compõe uma narrativa, uma narrativa complexa e heterogênea que envolve técnica de reprodução de elementos da realidade, podendo enquadrar esse fator numa mimesis, ou imitação, igualmente na tragédia. Dois fatores fundamentais à tragédia, segundo Aristóteles, e que se encontram na estrutura discursiva do jornal, são propriamente a imitação e a elocução, sendo o mais decisivo a imitação (reprodução).

Para Aristóteles a imitação na tragédia, qual implanta-se no jornal, "se aplica a uma ação e a ação supõe personagens que agem [portanto], é absolutamente necessário que estas personagens sejam tais ou tais pelo caráter e pelo pensamento (pois é segundo essas diferenças de caráter e de pensamento que falamos da natureza de seus atos); daí resulta naturalmente que são duas as causas que decidem os atos: o pensamento e o caráter;" (op.cit., p36). A imitação, entendida pelo autor como mito, isto é, fábula - combinação dos atos - é aplicada no jornal como a própria reconstrução discursiva dos fatos, ausentes, por meio de artifícios reprodutórios, mímesis tecnológicas, simulação combinatória de recomposição nuclear mediante o código intrínseco.

Na *simulação hiperreal*, as personagens comparecem reproduzidas em simulacros iconográficos segundo a simetria identitária de suas ações. O *caráter*, aquilo que para o Aristóteles, é o que permite qualificar os atores envolvidos, torna-se evidente conforme a representação dos atos que supõem um ordenamento a lhe inferir seu engendramento semântico. Com a redução do relato dos atores envolvidos no fato a um núcleo simplificado e asséptico, a expressão de seu *pensamento* (o que no relato expressa ou expõe uma sentença, um juízo) tende a contrair-se a uma sentença aforística como afirmação resumida de seu caráter e seu juízo.

O curso elaborativo de sua argumentação ou exposição a respeito do fato é ocultado, e uma expressão apostasiada emerge como síntese de ajuizamento para toda trama, a ser entendida não por referência a suas bases mas pela orientação ideológica prévia da recepção, aportada nas nuances e nos contrastes morfossintáticos determinados pelo jornal.

A sentença da destinação se processa, sua qualificação e valoração se dão por fatores extrínsecos à trama ou ao discurso do ator envolvido: não são os parâmetros inerentes ao seu relato que serão considerados a qualificar a sentença de seu pensamento, na coerência interna da proposição, em relação às premissas. É todo um suporte polifônico fragmentário cuja disparidade ultrapassa a unidade de cada relato.

O relato que mais destoa à direção apontada pelos vetores tende a desqualificar-se como idôneo. Daí que a veracidade da sentença, no jornal, se dá quase sempre por pleito, e não por constatação inequívoca, nem pela perscrutação de coerência impecável no discurso.

Quanto à elocução, uma parte importante na teoria aristotélica a tragédia, aplica-se no jornal de modo muito símile àquela. Consiste na seleção criteriosa dos termos do discurso e na expressão metódica de tais termos a um fim indutivo cuja intenção deve permanecer oculta.

A expressão discursiva dominante é a retórica. Há no jornal um cálculo bem elaborado para a disposição dos termos, conforme a hierarquia dos signos. Segue-se como complementação corroborativa da seqüência de imagens que por si mesmas apontam um sentido ao destinatário. Os termos dispostos combinados com as respectivas formas de expressão, ritmo e ênfase tonal, funcionam também como eixos de reversão de sentido ou de ambigüidade - eloqüência magnética e plausibilidade fruitiva, bem como polissemização figurativa, se convir. Os termos-curinga, dispostos com argúcia, são quase sempre termos-valise ou reversíveis, plásticos, manipuláveis conforme a ênfase expressiva, e modeladores semânticos em sua tenacidade implícita, maleáveis, metaestáveis.

Embora se ocupe majoritariamente dos elementos da tragédia, o discurso jornalístico envolve alguns elementos da narrativa épica em seu relato, quase sempre almejando um fim cuja assunção é a entronização de um ideologismo-comportamental, fetiche simbólico de identificação, moral endossado pela exposição de uma saga que, embora liderada, faz remissão à coletividade como exemplaridade confabulária - modelos ideais e estereotípicos de conduta excepcional. Entretanto, se por um lado a mensagem emitida pelo jornal é propelida em caráter difuso e abrangente, por outro, os elementos apostasiados da realidade, e reproduzidos no jornal segundo seu código, compõem um material que concentra cada aspecto excepcional da vida cotidiana, lhe apara as arestas, e lhe dá um tratamento a enaltecer seus caracteres. Opera então uma reversão ambivalente: torna evidente o que é incomum, difunde o excepcional como corriqueiro. O que se encontra escasso e difuso na realidade cotidiana é reunido e amplificado no jornal, pela concentração tópica dos elementos e pelas técnicas de reprodução das imagens. Todos ficam diante da mesma mensagem exaustivamente repetida daquilo que se dava parcimoniosamente a olhares amiúde.

A percepção é de abundância daquelas formações que, para a percepção destinatária, pode ser entronizado como um paradigma ponderado de conduta. Mediante uma série contínua de repetição enfática, o caráter excepcional do épico, encontrado escasso na práxis comum, é entronizado como referencial próximo, bem como toda sorte de compensações decorrentes dessas condutas.

Corroborar-se, como complementação moral, um ideologismo hercúleo, que será invocado, mesmo inconscientemente, quando do fechamento da sentença no círculo proposicional do relato da matéria factual. É o componente recalçado a fazer pressão (*drang*) subjetiva no circuito hermenêutico que encerra sua significação no juízo moral. Essa sugestão é sinalizada como um processo interminável, numa remissão circular de cada componente do discurso jornalístico, carrocéu de fragmentos cumpliciados pelo ordenamento narratório a suplementar o significado dos signos de seu parentesco ideológico. Alusão frígida, discreta, formação rizomática de semantização que espalha

seus tentáculos pelo subsolo do discurso engendrando uma trama complexa cujo acordo permanece na profundidade da narrativa.

A forma inofensiva da ambigüidade pseudoerronea ou da expressão genérica é o que emerge do subterrâneo como evidência de pouca valia. Evidência de imprecisão ou de desvio involuntário por sobredeterminação. O compromisso infraestrutural de cada fator do discurso jornalístico permanece recusado sob a insígnia da *parana* analítica. Hipótese faccionada e desencontrada nos túneis imersos do círculo hermenêutico da estrutura ausentada. Pseudointernalidade dissuadida pela insignificância do equívoco superficial do termo genérico na superfície do discurso do jornal.

Uma sugestão, ignominiosa, eminentemente sintática, como uma mera tosse, que não podemos demonstrar necessariamente como voluntária nem como involuntária - *simulacro funcional* gerado pela reversão no código, para além de verdadeiro e de falso, *hiperreal*, mas, “cuja assunção é a entronização de um ideologismo comportamental, fetiche simbólico de identificação moral endossado pela exposição de uma saga que, embora liderada, faz remissão à coletividade como exemplaridade confabulária - modelos ideais e estereotípicos de conduta excepcional... opera então uma reversão ambivalente: torna evidente o que é incomum, difunde o excepcional como corriqueiro” (p24).

Os signos identificados na exposição parcial do relato distribuem a dispersão da significação desdobrada na trama rizomática do discurso jornalístico constituído fundamentalmente em seu valor como simulacro de terceira ordem, precedendo o fechamento do círculo hermenêutico que corrobora sua hiperrealidade como estruturação eminentemente estética. Os signos lingüísticos transfiguram-se uns nos outros intercaladamente com ícones de sua série, aquilatam um valor de autoevidência autonomizada, mas a decomposição de seu tecido exumado os revela como nada mais que hipotéticos.

A lógica do enunciado os decalca como não mais que verossimilhança enquanto discurso, como hipersemelhança enquanto apostasia perfilada.

Ocorre, porém, que aquilo que deve ser lido até a base que se revela discursivamente verossimilhança, dissimula-se na superfície como transladação por simulação - o leitor de jornal não é um hermeneuta, tampouco um cientista.

2.2 - A representação como produção da realidade

A psicanálise Lacaniana retoma uma discussão teórica muito árdua e controversa, egresso da concepção de *Sujeito dialético* e descentrado insinuado desde Hegel, e sucedida por todo o chamado idealismo alemão. Algo da metafísica/fenomenologia moderna da estética kantiana se conserva nesse curso. O sujeito da psicanálise, bem como o de Hegel, é marcado inelutavelmente pelo negativo da diferença que lhe põem em questão uma lacuna, a priori, uma alteridade radical. É na perspectiva desse apófase que vêm inscreverem-se as marcas do Outro em suas infinitas diferenças relacionadas.

O sujeito de Lacan é constituído por uma hiperestrutura em três instâncias fundamentais: Real, Simbólico e Imaginário. Essas estruturas limitam-se mutuamente e se interseccionam. O Real, em última análise, é dado como instância da *coisa em-si* que Kant aponta como incognoscível em última análise. Esse real é aquilo que não pode ser incorporado pelo Sujeito, uma vez que ele depende das mediações da representação nos sentidos para assimilá-la. Esse real então é uma pura internalidade impenetrável e inacessível. Puro positivo, o que equivaleria, outrossim, a tirá-lo como negativo puro. Não havendo fator possível de irrompê-lo numa disjunção, ele só pode ser considerado em seu estado como incognoscível, a ser representado ora como positivo da representação, ora como negativo da coisa representada. Pura escansão. Aquilo que dá o limite das representações entre si e delas á coisa inassimilável, externalidade total ao Sujeito. Nessa visada, toda relação que há entre o Sujeito e o mundo torna-se de certo modo, representação, no sentido lato.

A representação, que é imagem duplicada de uma coisa suposta, se elabora em jogos de combinação e permuta, de composição e arranjo, de equivalências e reversões a gerar tais equivalências num cálculo que sustém a linguagem. Relação de alternâncias mediante diferenças que fazem seus elementos circular indefinidamente. Ora, justamente isso é o próprio *simbólico*.

O Simbólico é a própria relação de copossibilidades de articulações infinitesimais dos elementos da representação. Não é possível circunscrever o simbólico mesmo. Assim, o simbólico é deduzido por dinâmica refletida, duplicada no Imaginário como reprodução da coisa enquanto representação que a nega. Via simbólico, a realidade refaz-se representada no Imaginário, como representação propriamente imaginária.

O real só comparece no Imaginário como representação da coisa negada, coisa inscrita como representação negativa no Imaginário, e o Imaginário, outrossim, como seu negativo. O simbólico passa de bivalência a uma ambivalência geral - dando a coisa como impossível a pode representar como positividade, como negatividade e como relação. Nesse enlaçamento, à realidade externa há uma congruência dos três fatores em simetria perfeita. E é nesse ponto que atua a *simulação* onde ela opera. Na indistinção radical da reversão na comutação dos campos.

Cabe nos perguntarmos aqui, se não estamos presos à trama de eternas suposições dos saberes, inclusive do outro como Verdade radical, já que a verdade que o constitui é uma realidade radicalmente inacessível. Não se vai até lá, não se chega jamais lá, não se passa pro lado do Outro, se vai apenas a um outro lado do mesmo, revelando-se sempre como momento outro do Eu. É a essa indistinção que chamo aqui a atenção, qual fora lida por Baudrillard quanto às formações da *hiperrealidade* e da *simulação*. É daí que ela extrai seu código-mor como um espécime de chave-mestre, no que reduz tudo à abjeção que sujeita os homens e as coisas, as palavras e os objetos, e as imagens. Também cabe perguntarmo-nos com Baudrillard (id: 1996, pp192-193) se o Inconsciente, cujo tratamento científico só pode ser em juízo hipotético, não é nosso mito moderno, ou como eu afirmo (o digo agora em primeira pessoa como quem reduz sua sentença à evidência): internalidade radical presumida

como inscrição em grau *minimum* na consciência-ambivalente – duplicação significativa em seu modo estritamente imaginário, como uma consciência primária, ela mesma autoclivada? Mediante essa hipótese, o Inconsciente seria sim uma radicalidade incognoscível como sugeriu MDMagno (id: 1986), mas que só dá-se a seu suposto saber ao desdobrar-se em seu oposto no externo, já totalmente comprometido às formações da Consciência.

O Inconsciente substitui a transcendência mágica e o além religioso: mito sem conteúdo e sem substância que nos permitiu inventar o *socius* e sair de nosso “autismo” primitivo, bastar o paradoxo a partir dele mesmo.

A lacuna apresentada na relação com o outro o instaura como representação inscrita nessa lacuna como outro do Sujeito, supõe Outro campo além desse Eu. A consciência de si é assim, ao mesmo instante, consciência de si como falta do Outro, negação. Falta do outro na consciência, Outro inscrito como falta no Sujeito clivado, como antítese radical, inconciliável. Essa falta Real do Outro se apresenta em sua ausência como um campo aberto às diversidades infinitas de reflexos representativos, representações diversas que logram preencher esse campo por inscrições de supostos reflexos, cuja fonte é Abjetada.

Numa ficção simbólica, as representações, no Imaginário, inclusive o outro (outrem) mostram-se como uma fabulação. Fabulação do Outro que reverte-se em seguida no Outro como fábula. O Real do Outro. O Real é um outro apreendido apenas como fábula na ficção simbólica, logro Imaginário a circunscrevê-lo e a descobri-lo como representação. Passo a passo a relação com a realidade mostra-se como eminentemente Imaginária, como o atesta Althusser (op.cit.).

História e jornalismo se revelam como narratório de reprodução do desconhecido na sociedade a muitos de seus membros, como histórias pré-natais, histórias que dada ao Sujeito pelo Outro, uma ficção para ele reconstituir o que falta de sua história marcada por uma lacuna, como diz Lacan. Ele descobre num outro discurso o discurso do Outro como aquilo que lhe falta para completar seu próprio discurso. Descobre o Outro propriamente

como discurso e, como tal, marcado também por aquela falta. Entra na trama dos conceitos supondo saber a realidade que o outro lhe relatou. Supõe sair da trama dos conceitos à realidade que revela o Outro como seu suposto saber relatado. Suposto saber do Outro na relação de relato. Todas as narrativas se apresentam como um suposto saber do Outro sobre a realidade. Realidade encoberta pelo Outro numa suposição de saber em narrativa, ou pela narrativa que revela a suposição de um outro saber sobre a realidade, e que não a detém senão como seu saber suposto, no outro. Como se vê, é nos liames da representação duplicada no Imaginário que constrói-se a realidade como ficção instaurada desde já como reconstrução na suposição de uma correspondência derradeira ou original. Toda narrativa conflui aos padrões sedimentados de correspondências supostas do simbólico no Imaginário, suposição do código do Outro.

Conhecer os padrões de correspondências que tornam visível no Imaginário o inverificável do Real é o imperioso das técnicas discursivas que logram revelá-lo (e enredá-lo). Constrói-se a realidade suposta pela restituição do código da relação dirigido direto ao Imaginário. O teste pessoal de realidade já não se faz requerido, a representação se instaura no Imaginário já ao mesmo tempo como testagem efetuada. Também os dados que correspondem à testagem estão ali presentes, mas como *simulação* pela inserção duplicada de seus sinais elementares.

O problema do discurso apresenta-se também nesse caso como de função diacrônica, mormente. Entenda-se melhor essa questão:

- O sentido no discurso formula-se numa relação de dois sentidos a percutirem-se tanto no tempo, a orientação de curso sintagmático da proposição, quanto do modo (paradigma), função que se reflete diretamente na significação, indicando a possibilidade ambígua, uma dupla reversão que se opera na congruência dos eixos.
- O devir puro putável como futuro da sentença na proposição reabre uma série infinita de possibilidades. Ora, se há

reversão no sintagma pelo paradigma, há também reversão temporal de sentido do discurso, espécie de diacrônica reversa.

A cada nova informação qualitativa acrescida ao presente pode-se alterar o passado em seu sentido. Assim é o fato de uma determinada pessoa, tomando-a em suposição, tendo crescido em estatura hoje altera *a posteriori* sua condição respectiva e relativa de ontem. Ou seja, ontem essa pessoa poderia estar do mesmo tamanho do que no dia anterior, mas hoje, ao ter crescido, o menos que seja, tornou-se maior do que era ontem em relação ao dia anterior, quando antes não era "menor" em nada em função da relação comparativa de anterioridade. Ontem a indiferença não punha em questão nenhuma relação da ordem da estatura, hoje, no entanto, o problema apontado pela percepção de uma diferença relativa correspondente ocasionou uma alteração qualitativa do sentido expressa por uma adjetivação respectiva nessa função relativa: a pessoa tornou-se "menor" no passado, a significação que se suscita desdobra-se em sentido regressivo. Apenas *hoje*, a pessoa referida, estando maior, *era menor ontem*, algo que com a relação de sentido contemporânea desse ontem não apresentava em sua instancia qualitativa da significação. Uma nova proposição posta no paradigma reorienta o curso de sentido no sintagma, rearticulando o passado da premissa atual, que é a sentença na proposição anterior. A sentença requalifica a premissa em sua ação de retorno, pois que o sentido é a unidade problemática da proposição. Pode-se concluir assim que *o presente alterou o passado*, uma vez que este é ao mesmo tempo seu próprio sentido no discurso. Esse problema da contigüidade, indicado por Deleuze na *Lógica do sentido*, é interessante para refletir-se a respeito das fissões perceptuais que estão na base da unidade do discurso e dos processos de reversibilidade sobre o sintagma no tempo proposicional a partir do modo (tempo e modo numa relação circular) - o que designa a *qualidade* no discurso.

O círculo da proposição jamais é plenamente fechado em sua sentença particular, desdobra-se a própria proposição como sentença remissiva: *só falo do que me foi tendo em vistas ao que será* (Lacan), mas também *só falo do*

que foi tendo em vista ao que agora é, entenda-se - o que foi e o que poderá ser, em suas incalculáveis relações.

O sentido da história social também sofre essa reversão pela inserção de elementos discursivos sobrepostos de um determinado *modo* como fator ideológico que faz ressoar a *série regressiva* dos elementos da narrativa histórica. Não é a toa que ótimas propagandas, e a cumplicidade jornalística, têm feito verdadeiros milagres em relação ao significado que certas condutas, sobretudo políticas, tiveram neste país num passado muito recente (não cabe aqui enunciar substantivos próprios) e a conseqüente *modificação* das opiniões e condutas coletivas em relação aos respectivos agentes, juntamente do ânimo para com seus feitos anteriores. Desta maneira, com sua força ideológica, as mídias, eminentemente a imprensa (para mal e para bem, e além), têm prestado sua contribuição, ora inerente, ora capciosa, para a reconstrução da história, e da realidade a partir desta. A partir desta, da História e da mídia, da História a ser contemplada a partir da mídia pelo *sujeito-da-apostasia*.

2.3 – A narrativa muda como construção da verdade

Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação (...) As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa vida mesma já não pode ser restabelecida (...) A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada... (DEBORD: 1997, p13).

Todo processo de produção da civilização ocidental moderna está sustentada sob os pilares da representação: autonomia dos signos supostos do real bailando à revelia - autarquia de imagens destacadas das relações sociais, apostasiadas da complexidade sistemática da qual são oriundas. A evolução

da produção social e da vida humana apresenta-se já como uma cisão simbólica no Imaginário, sua especularidade fundamental é ao mesmo instante uma duplicação imagética à qual conservam-se dois momentos distintos: coisa e não-coisa, isto é, Sujeito.

O princípio da separação se faz presente em toda vida humana, que como diz Debord, *está cindida em realidade e em imagem* (ibid.). O domínio humano sobre a natureza se faz na medida em que evolui sua separação com ela, e nesse distanciamento o olhar é proeminente - comporta um controle remoto sobre o mundo, o mundo se reproduz sob esse controle. O homem sucumbe ao seu controle do mundo no qual vive.

As técnicas modernas centram-se largamente nesse controle remotizado que faz abalar as barreiras do tempo na supressão imaginária do espaço. A relação com o mundo, por ser, mormente, imaginária, aporta-se no fetiche da imagem como nuance narcísica do Sujeito. A assunção das imagens é equivalente à separação radical entre *physis* e *antiphysis*, isto é, corpo e alma. O fluxo convergente dessas representações apostasiadas são à nossa época o seu *religere*. O sujeito clivado cartesiano jaz à prova lógica substituída como manifestação primária da percepção. Possibilidade reduzida a uma "evidência" figurativa.

Com a assunção reinante dos sinais de comando e seus signos, os quais podemos traduzir por imagens, toda produção dilui-se a um comércio de informações. Se a redução do fenômeno a uma sentença lógica revoca no Imaginário uma correspondência figurativa por Imagem, ao ofertar-lhe prontamente seu emblema o efeito imaginário imediato, entenda-se, sensível, à qual a experiência humana se achata, torna-se indistinto. O que outrora lograra-se por assertórico converte-se em pseudoapodítico.

Em sendo a atualidade, com suas tecnologias, a época privilegiada da informação (sinais de correspondências, proeminência do código) que logra-se inelutavelmente correspondência à imagem, as mídias visuais são sem dúvida o âmbito mais prodigioso de propulsão desse modo de produção que tornou-se idêntico ao imaginário. Tornando-se idêntico ao Imaginário, é ao *modus vivendi*

que se iguala. Se o real está morto como quis Lacan (viva o real), inaugura-se uma folia de sua representação como jubilação das imagens. O real revive fantasmagoricamente em cada elemento da representação, e assombra-lhes à ruína como um prenúncio apocalíptico, (que, na verdade, é reminiscência) como quis Baudrillard. Deste modo cada formação de discurso recompõe-se no cálculo de manejo imaginário do mundo imaginado. Essa intermitência sinaléptica dinâmica está presente em cada item da produção sendo mostrado desde já como elemento de série e seu modelo, serialização modular que com força de sucção a incorporar modelo e série e realizar-lhes sua simbiótica nefasta como alocação tópica de enfileiramento.

O cálculo da Razão produz algo mais do que uma operatória modular na ordem da produção de conhecimento: produz-se ao mesmo tempo *enunciado com valor de Verdade*, como pretende Lyotard. Verdade reduzida à demonstração estável de uma evidência perceptual - o jogo epistêmico logra regredir pelo enunciado à sua base primária de formação: relação estética dos sentidos a financiar em primeira e última instância o sentido no discurso, isto é, a Verdade do real. Decompor as formações mais complexas à forma mais simplificada - como o faz a matemática - entenda-se, ao *axioma* ($3-2=1$; ou ainda $1=1$). Toda trama dos conceitos e sua dificuldade inerente tem por custódia subtrair o discurso, outrossim, à lei estrutural do valor e da equivalência: as relações sociais têm por equivalente axiomático, por componente de prova, o *ícone* - dado objetivo em que narciso se aliena sem dar-se conta de que não passa ali de uma projeção invertida e refigurada de si.

A "qualidade histórica" (BARTHES: 2003; p234) permuta-se do paradigma na acumulação sintagmática como indistinção substancial: as teses dos mídias, sobretudo imprensa, são defendidas e corroboradas por panteão figurativo de ícones a se configurarem como "um quadro harmonioso de [pseudo] essências" (loc.cit.). A verbalidade é rebaixada à condição de legenda e vetorização sintática.

O quadro heterogêneo que compõe a narrativa retraduz-se ao reordenar seus elementos, eminentemente, seus pares contrastivos sob a prerrogativa de que o discurso verbal não será mais do que expositivo. A imagem apostasiada

sequer supõe, para efeitos imaginários, um interlocutor: autoexibe-se já como autoevidência puramente objetiva. Apresenta-se esse arranjo discursivo já como um *produto* de uma operação aritmética pressuposta (se bem que sua operação devesse estar mais a par com a algébrica) cujo cálculo em que se fundamentaria a validade da sentença não se necessita demonstrar - basta que haja uma correspondência aparente entre proposição e sentença, alcançada de qualquer modo.

*

O Anagrama da imagem ou imagética gramatical

A época atual empreendeu em seu curso, que é tanto praxiológico como histórico, a dissolução dos *radicais de referência*. Isso se alastra para todas as instâncias da produção. Se essa fase é o momento privilegiado da informação, e da produção supérflua automática como informação autonomizada confluindo ao nada, deve-se ler toda produtividade como um arranjo de sinais quantificados. Ora, a quantificação plena é rigorosamente o regime das equivalências gerais. Logo, podemos notar e afirmar a exterminação do discurso pela equivalência generalizada da imagem à sua base.

A imagem consagrada como axioma, ao mesmo instante, é jubilação da exterminação da composição do discurso. A diferença implicada no paradigma não constitui tão somente um valor: trata-se aí de seleção qualitativa de elementos vetores, *orientadores* de uma série, não-cumulativo. Seu valor referencial depende da sedimentação modal e formal no sintagma, uma combinação incrustada. Ocorre, porém, que a imagem como axioma é a tradução imaginária da verdade nas relações sociais, isto é, reduz seu valor à sua presença mesma. Valor puro sem réplica, a logística da representação como efetuação objetiva da lógica do cálculo. Torna-se equivalente à própria lei estrutural do valor. Mas, se ainda se requer um *minimum* discursivo a qualquer formação narrativa que se apresenta, esse *minimum* não comparecerá de outra forma senão como mera exposição. A imagem é para toda formação de mídia

televisiva seu próprio paradigma-real. Seu hipervalor é nulo. Anulação do valor nas equivalências gerais como hipervalidade.

À forma imagética que se expõe como uma narrativa autorrotativa desdobra-se em formulação como centrifugação de seu próprio eixo. Constitui-se como uma *fórmula anagramática*. A circulação que exerce sobre si é fiel à exterminação do discurso que efetuou previamente. Linear é apenas a objetivação inevitável de seu *apófase* dirigido a uma alteridade já não radical, mas *hipersublime* (para não dizer *histórica!*). Seu material narrativo dirigido se apresenta, mormente, como *perfilamento* linear: resolução extremamente radical do sentido pressuposta, na fórmula anagramática, de toda possibilidade combinatória de sua seleção eclipsada – equivalência irremediável entre todos os termos desse paradigma na reversão visual dos simulacros, abolindo sentido pela equiparação dos termos do referente inicial, seja visto como combinação original ou cada elemento paradigmático destacado. Reversão narrativa na assunção da lógica combinatória na *anagramatização* dissoluta do material representativo. Opera em sua presunção o *grau zero do valor* como sentido derrisório premissivo: inscrição significativa da verdade como correspondência sinaléptica imediata do real. Algo conforme ao que Baudrillard chama de *exterminação do nome de deus* (o Real), Verdade como grau mínimo da instância da linguagem, sem enlevo."O significante vale como ausência, como dispersão e condução à morte do significado. O nome de deus aparece aí no eclipse de sua destruição, no modo sacrificial, exterminado no sentido literal do termo" (BAUDRILLARD: 1996, p 264).

2.4 – O idêntico como ontologia da representação

A cultura contemporânea confere a tudo um ar de *semelhança*. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. *Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto*. Até mesmo as manifestações estéticas de tendências

políticas opostas entoam o *mesmo* louvor do ritmo de aço
[produção automatizada]

(ADORNO: 1985, p 99. Grifos nossos, in *it.*).

A degradação objetual empreendida pelo do método científico aplicado a uma gama vasta de relações humanas, bem como todo arranjo das relações sociais de produção técnica, propulsionou alterações profundas nas percepções da vida contemporânea.

Semiologia, Psicanálise (que é também uma espécie de semiologia) e Antropologia desvelam as crostas superficiais do discurso e do mito e revelam como fundamento estrito do Sujeito a função da linguagem entendida como nada mais do que um *modus operandi*. Mito de natureza cai por terra como natureza mítica ao ser deflorado à luz corrosiva do esclarecimento e da Ciência.

O componente exotérico do humano dá lugar à transcendência fenomenológica como *principium divisionis* da razão categorial da percepção humana: Kant, Hegel, Freud, Lacan - consequência de um pensamento crítico que faz o êxtase do mistério sucumbir num ponto objetivo como conhecimento. A essência humana como *mitologia naturalista da singularidade* destrona-se como modalidade ideológica no terreno histórico. O sujeito se mostra dialético desde Hegel, como soma das infinitas diferenças e sua antítese: a vida é então essa unidade problemática. Ocorre, contudo, que a vida social como alter designado constitui-se ante os caracteres do idêntico como uma alienação significativa própria da relação especular.

As grandes manadas ideológicas da alta modernidade cujo princípio é o da identificação plena, diga-se, homogeneização (o que o nazi-fascismo prerroga) se reorganizam sob a configuração reversa: constelações de identidades singulares logrando constituir sua própria originalidade mítica como reminiscência transluzida. Guetos contemporâneos do imaginário formam-se pela identidade do estilo na moda. Variações modais na superfície da práxis como repetição codificada da mesma lei de composição, ou da abolição total dessa lei.

Os signos da distinção se apresentam nessa unidade como significantes de identificação de pura distinção. Igualam-se todos como pseudo-singularidades indistinguíveis. A distinção como modo traduzido no reconhecimento de notoriedade adquire o valor idêntico ao da igualação. Redução da singularização à lei do valor na troca-signo da equivalência. Não faz aí diferença se há repetição da fórmula geral da composição ou anulação total desta, estes derribem na cotação franqueada dos signos emancipados. *Mais do mesmo*, como dizem Adorno e Horkheimer:

Em seu lazer [como em todo o resto], as pessoas devem orientar por essa unidade que caracteriza a *produção*. A função e o esquematismo Kantiano ainda atribuíam ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. Na alma deveria atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado [a saber, a codificação de composição]. (...) Para o consumidor, não há mais nada a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção

(Op.cit., p 103. Grifos nossos, in *it.*)

Todo domínio da atual conjuntura reverteu-se em sua imagem emancipada e prodigiosa. Conjunto de reprodução dominante de representações idênticas: como diz Baudrillard, sociedade do código e do genoma. Mas, se a alienação no significante faz apropriar-se do código como reapropriação singular, subjetiva, essa ilusão reversa apresentar-se-á nessa exporia particular enquanto inidêntico generalizado.

A logística do signo caracteriza essa irradiação geral como confluência (ou reciclagem) singular. A repetição difusa funcionando como acumulação estrita do valor, notoriedade pela repetição, cúmulo da difusão como valor de identidade e identificação plena pela lei do valor. Assim é que as chancelas jornalísticas, as revistas de celebridades, os business, as grifes, têm sua

estribeira na fixação pela insistência ao ponto de a maioria do público receptor ter seu juízo de gosto alterado por esse assédio. Ora, justamente isso foi muito bem trabalhado pela propaganda nazista de Hitler. Ocorre uma vez mais uma inversão: a lei do valor e da acumulação determina aí a qualidade singular. Marx parece bem ter identificado essa inversão, mas sem a perceber enquanto inversão, ou melhor, *perversão* (strictu sensu), polimorfológica.

A qualidade, que apenas pode circular (no máximo), entra na relação das trocas subordinada a seu princípio de acumulação - identifica-se. Os signos da singularidade entram na mesma trama como moeda sem efígie idênticas como valor somente. Nesse valor se tenta revocar uma qualidade singular indistinta na acumulação linear: princípio da coleção, para Baudrillard.

O mercado negro de arte dos bilionários o demonstra com suas faustas coleções de obras singulares, originais, e *valiosas*. Deste modo, a singularidade da história incomparável de Van Gogh, até mais que sua pujante genialidade, confere a cada item de sua obra um valor elevadíssimo, fazendo, destes, mercadorias de alto luxo. Adquirir um quadro de Van Gogh ou Pollock torna-se idêntico a ter participado com eles de sua história prodigiosa, como evocação de uma *aura* original perdida (conforme Walter Benjamin de *A obra de arte da era de sua reprodutibilidade técnica*).

O que a redução do referente à fórmula do código de produção faz revelar é a impossibilidade de reinstaurar o enlevo "ectoplasmático" que fazia do referente à época da distinção radical uma manifestação essencial, como dádiva de uma iluminação mágica, e que conferia um mistério criador com função singular, comprometido intrinsecamente com o *savoir faire* que lhe correspondera.

O mesmo *savoir faire* à luz da reprodução técnica, pela operatório-combinatória da codificação, torna-se representante da singularização performativa da produção, performance singular idêntica ao código no regime das representações identitárias. Momentum e *status quo* de apropriação do código da reprodução constituem as identidades reproduzidas como essência contemporânea, que não passa de representação. Identidade manipulatória da

fórmula-código como ontologia da representação das pseudo-singularidades *reproduzidas à sua imagem, conforme sua semelhança*.

2.5 – A fala especular e interlocutor ausente

"O mito é uma *fala*... um modo de significação, uma forma (...) não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere"

(BARTHES: 2003, p 199)

Barthes nos sinaliza, a reboque, ao tratar sobre mito, a noção de *fala* como um modo determinado e peculiar de objetivação de discurso, portanto, uma seleção e uma composição específica. Os meios de o Sujeito elaborar e projetar seu sintoma hiperdeterminado. É ao mesmo tempo uma forma de apropriação da realidade, ordenamento e construção do Imaginário. Um meio que logra *estabelecer a verdade no real* (como atesta Lacan) - implica e comporta uma rede determinada de significação. O discurso, entendido por sua noção geral, antes de qualquer coisa, é na base a emergência sintática nas formações da linguagem, possibilidade de reconhecimento e do dizer. "Mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, afirma que a *fala* constitui a verdade; mesmo que se destine a enganar, ela especula com a fé no testemunho" (LACAN: 1998, p 253).

A *fala* é a assunção semântica da mensagem cujos meandros encontram-se modalmente comprometidos num arranjo particular da língua: trata-se então do comprometimento, no discurso, na linguagem, de um *Imaginário* histórico (individual ou coletivo), e portanto de *Ideologia*. Tem a presunção de proferir a verdade na exaustão de uma relação dialética com o mundo, esgotamento ou superação de uma proposição (dialética) na sentença: *é isso, é verdade*, como diz Althusser (A.I.E.). A fala, logo, é o dizer da *determinação*. Não por acaso, na própria mitologia monoteísta, há conferência

à *fala* de um poder especial de determinação do real - maldição ou profecia - imaginário mítico que transborda os sintomas de sua hiperformação, a fala como mensagem do *Outro*, confirmação *especular*. É segundo essa modalização que se procura aqui distinguir do discurso a fala, como um modo especial do dizer, com sua forma particular de evocar no real a verdade possível de ser dita, sim ou não, em oposição ao absurdo do *não-senso*, como confirma Deleuze:

Verdadeiro significa que uma designação é efetivamente preenchida pelo estado de coisas, que os indicadores são efetuados, ou a boa imagem selecionada. “Verdadeiro em todos os casos” significa que o preenchimento se faz para a infinidade das imagens particulares associáveis às palavras, sem que haja necessidade de seleção. Falso significa que a designação não está preenchida, seja por uma deficiência das imagens selecionadas, seja por impossibilidade radical de produzir uma imagem associável às palavras

(DELEUZE: 2003, p14).

*

O especular falado

A voz de deus ou alteridade midiática como campo de concentração difusa

A relação social com as mídias, sobretudo com o jornalismo, pode ser considerada uma relação centrípeta: as mídias tradicionais, mormente televisão, são um núcleo de gravitação, espécie de centro de massa Imaginário da vida social. Quase todos os fluxos imaginários pendem seu movimento em

direção a esse pólo atrativo sugado pelo magnetismo estético financiado pelo enorme brilho das representações ali dispostas.

A sociedade fica em órbita em função da mídia. Mas há uma contradição: a mídia concentra toda atenção social pela difusão que é capaz de exercer por um lado. Difunde representações apostasiadas de cada aspecto da vida e os integra sob a forma narrativa de seu conteúdo programático como uma unidade geral. Tudo aquilo que se apresenta na mídia encontra-se apartado na vida, principalmente os indivíduos. É exatamente essa reunião dos separados a força de atração da mídia - acesso contemplativo daquilo que já não se poderia reencontrar conjugado na realidade. Mas, há reversão, e sua tendência primária é assunção de uma forma inversa da relação dialética: se a mídia é por um lado capaz de reunir os elementos apostasiados, mesmo que como mera alocação de apostasiados, ela também exerce apostasia do que estava ou poderia estar reunido de cada aspecto da vida, na medida em que essa separação dominante determina o logro social de restabelecer artificialmente essa reunião.

O que se sedimenta no *habitus* como busca dessa reunião, e pela determinação do econômico de buscar ainda mais, a ignorância das reuniões possíveis dos aspectos da vida os torna verdadeiramente apostasia real. E os modos de produção e seus meios refluem nesse sentido. Então pode-se dizer que *a junção que se faz é ao mesmo tempo a linguagem oficial da separação generalizada* (DEBORD: op.cit.). Essa contradição é patente na relação midialógica. A mídia é ao mesmo tempo campo de concentração que aprisiona os olhares e as atenções e maquinaria de difusão integrada de elementos esparsos. Mas seu caráter excessivamente difuso não é, contudo, uma negatividade, ao contrário é a positividade que se apresenta ao receptor como um seu negativo. Uma só positividade para todos os negativos de indivíduos neutralizados numa relação pseudobjetiva que é sumamente contemplativa e passiva na maioria dos casos. Relação dialética unilateral, jamais se passa a seu oposto, apenas o esboça de modo parcial com a inserção de participação de espectadores, e da possibilidade (potencial) de inserções avulsas a todos os outros. Ainda assim a relação social com a mídia ainda é uma relação de

reconhecimento narcísico, *identificação* especular - nela os indivíduos se vêem, nela vêem todos os outros, nela pode-se ter até a *projeção* de também ser visto por todos. Deste modo essa relação adquire o status de função intersubjetiva à formação imaginária, o que é tão somente em seu modo estrito e funcionalmente objetivo, uma *máquina sinalética* que ocupa um ponto topológico nas instâncias do imaginário, uma especularidade reversa falada, objeto revertido em *espelho* que é pura fala.

Especularidade sem réplica, a mídia, mormente jornal, é um monólogo em que o diálogo só comparece sob a forma da narrativa, na fala. Apresentando já sua mensagem como proposição e sua sentença a um só modo, não é possível sequer uma réplica imaginária ao discurso, mas confirmação duplicada.

Concentrando cada aspecto isolado no mesmo ato como verdade do real sentenciada por ícones, seu discurso geral transcende cada particular como assunção dos fatos, e da verdade que dele decorre em demonstrar-se. À par com seus elementos, o jornal é transcendental: hipostasia do código do real num discurso doutrinário, escolástico, iconólatra. Já é o real agora a ser atestado na mídia, a ter de provar sua verdade perante seu discurso dissuasivo. *Fala* como que em nome de deus, até mesmo contra a realidade.

*

O interlocutor ausente

A destinação como apófase radical ou comunicação erradicada

Todo processo comunicacional pressupõe ao menos duas partes ou dois campos interrelacionados, conjugados numa interação: emissor e receptor. Há também um meio que é o modo através do qual a mensagem deverá ser transmitida, bem como um veículo, um suporte que é a sustentação tecnológica desse processo. Deve haver algo em comum entre esses campos, pelo qual

um conjunto de sinais combinados de um lado corresponda a determinadas combinações de sinais de outro - a essa intersecção chamamos de *código*.

O código nada logra representar, é uma operação combinatória estritamente funcional, um padrão regular e determinado de conexões sinalépticas que permite gerar equivalências entre dois campos distintos de sinais. Correspondência entre dois campos repertoriais, portanto seletivos, acionados por sinais supostamente comuns, logo, idênticos sob prerrogativa de ser à base um estímulo a ser reconhecido por ambos os agentes dessa relação, contido em ambos os repertórios.

Vimos com Saussure que a relação entre o significante (sinais puros, imagem acústica) e significado (conceito, degradação imaginária) é imotivada, não-necessária deterministicamente. Trata-se de uma convenção tácita e reificada pela relação do uso dos elementos de linguagem numa dada língua.

O código, como pura combinatória de sinais (significantes) a gerar reversão de sentido entre campos diferenciados, é ambivalente e ambíguo. Comuta por suposição de identidade dos sinais, por conseguinte, presunção de identidade a rigor entre os significados para cada parte. Porém, o significado não é uma realidade estritamente objetiva como se pode supor. É uma abstração gerada pela dissolução de uma materialidade, a priori sem significado. Nessa decomposição há variações potenciais de tonificação de aspectos ideativos a cada correlação, a cada indivíduo.

O *conceito* logra reduzir a materialidade a seu *minimum* necessário ao reconhecimento fundamental de sua identidade. São esses aspectos fundamentais que devem preservar-se e presentificar-se em cada item que possa ser agrupado conforme sua similaridade ou identidade, universalizando-se. Mas o que faria com que todos os indivíduos reconhecessem em inúmeras diferenças algo como fazendo parte de um mesmo universo? É a isso que saliento como um problema fundamental do *conceito* como designado anteriormente. Nada necessariamente senão a identidade. Mas a que ponto os aspectos identitários atingem o grau suficiente de acumulação (trata-se aí de acumulação, e é aí que a qualidade reverte-se no valor, na generalização da

equivalência) ao ponto de serem agrupados como elementos de mesma natureza? Essa é a questão fundamental a apontar a instabilidade ou relatividade da própria codificação em caráter determinado! Nem ela (codificação) consta de uma formação específica necessária, mas de *modus operandi a priori*. O código apenas reverte, conecta (input/output) como estímulo resposta. O significado recai às percepções na construção do sentido - este sempre é um *suposto saber* do Outro (Lacan).

Os meios de comunicação de massa são meios de concentração e difusão de mensagens. Difundem o conteúdo concentrado de sua mensagem. Ora, a respeito da língua há um código convencional para identificar significantes e significados, mas viu-se o quanto o significado tem encerrado uma questão extremamente problemática. Numa relação bilateral bem conhecida e determinada de saída, já não há garantia total de identificação estrita dos repertórios mediante o código visto haver, sobretudo, reversão de sentido por séries associativas – conotação < > denotação - o que dizer a respeito de uma relação de mensagem em que nem o repertório, nem os processos paradigmáticos podem ser sabidos de início? Ora, este é justamente o caso das "comunicações" de massa, sobretudo o Jornal.

O campo da destinação da comunicação de massa constitui-se da reunião heterogênea, incluindo incógnita, de células sinalépticas (indivíduos) autônomas operando à revelia, identificáveis apenas por padrões de respostas sinalizados como supostos índices tão problemáticos como qualquer signo ou significado. O grave problema para a comunicação é ser esse campo extremamente heterogêneo. O problema principal da incógnita é o das variedades potenciais a serem adicionadas à recepção. Não se conhece a totalidade conjuntural no arranjo da destinação. Não se sabe determinantemente a quem se dirige a mensagem *a priori*. Como na lógica do Sujeito, a destinação da comunicação de massa é aprioristicamente um negativo na topologia da discursividade nesse sistema. Positiva-se como minimalidade repertorial prerrogando elementarização do código. Entretanto, o código, como mencionado, é uma combinação comutável de sinais para gerar correspondência entre sinais, presumindo equivalência. Mas no campo

heterogêneo e incógnito da recepção essa correspondência não comporta o teste imediato, sua resposta sinalizada na presunção de tal equivalência. A problemática do significado situa-se precisamente na reversão dessa equivalência: a instabilidade do valor-signo.

A ambigüidade, seja da emissão ou da destinação, não importa, aponta a relatividade do código enquanto determinado. Não há determinação radical ou necessária do valor-signo. Também não há convencionalidade satisfatória do significado. Não há perpetração incólume do valor mediante um significado: o sentido é reversível, o significado é problemático, e o valor é comparativo-relativo - suas combinações, variações, e progressões são infinitas.

O dizer narrativo se esfacela na lógica difusa da mensagem frente à destinação negativa. É o que o torna plástico, apesar dos esforços por cristalizá-lo. Mas se por um lado a incógnita receptora ainda mantém alguma plasticidade *a posteriori* à mensagem da comunicação de massa, por outro o tratamento dispensado como meta ou utopia comunicacional é a estabilização radical do código, e um de seus métodos é inevitavelmente a homogeneização da destinação, reduzida à mera audiência e decorrente consumo - eis aí o instrumental de verificação das correspondências do estímulo numa resposta elementar, a *metaestabilidade da codificação*, contudo, sem poder se considerar as redes complexas de significações implicadas em cada uma dessas escolhas, ou dessas sinalizações arco-reflexivo. Este modo, os padrões ainda vigentes de comunicação de massa que dominaram todo o século xx jamais puderam efetuar o fato conciso da comunicação, a *recomposição da codificação* pela interação dos discursos. Daí *Adorno e Horkheimer* alegarem ser a comunicação de massa, ao que denominaram indústria cultura, para clarificar-lhe o conceito, sempre *mais do mesmo* (op.cit.).

2.6 – O especular, o ícone e as hipóteses seriais no relato-noticiário

O discurso pressupõe uma relação bilateral ou intersubjetiva. Antes de qualquer coisa uma relação de reconhecimento mútuo entre sujeitos - haver uma relação, de saída, alienada na jubilação da identificação, ademais, um estancamento inverso pela diferença. Reside nessa trama simbólica às formações fundamentais da subjetividade e possibilidade do dizer no discurso, uma evolução que tem na base a exultação narcísica, sucedida do complexo de Édipo e de castração. Essa marcação negativa é ao mesmo tempo a escansão significativa a partir do qual articulam-se as séries opositivas nas intermitências da diferenciação nas instâncias do Imaginário. A partir daí, dizer que há discurso e sujeito torna-se uma e a mesma coisa. Também esse discurso encontra apenas nesse negativo a possibilidade de efetuar-se como objetivação: reconhecê-lo como tal é um retorno exercido sobre si mesmo, conquanto, identificação imaginária especular. Contraste das arestas e jubilação de uma imagem que o sujeito assume com sendo sua à qual reconhece. Reconhece, ratifica-se, não a conhece radicalmente. Sua imago especular é também seu suposto saber.

A questão do conhecimento subjetivo compromete-se como hiperdeterminação narcísica, lógica estruturante do sujeito - seu basta arbitrário põe fim a regressão cartesiana titilante entre a indecidibilidade da diferença/identidade. Reduz não necessariamente a hipótese da sentença a uma apoditização recaída em premissa original, necessária, mas como juízo sintético. Então pode-se admitir que essa presunção da percepção é também no discurso a suposição do movimento que leva dos significantes distintivos a uma significação determinada. Hiperdeterminação significativa, indefinição de significação, e por fim estabilização do significado.

O significante está no discurso como o ícone no estádio de espelho para o Sujeito, mas também para a máquina especular chamada jornal - sobretudo televisivo. Não por acaso Muniz Sodré denominá-la "máquina de narciso", em

seu livro homônimo. Como oposição magistral o fluxo iconográfico que faz emergir o reconhecimento jubilatório de uma imagem, como uma identidade social, família ideológica. Equivalente das séries de oposições significantes, demonstradas por Lacan, como constituidoras do significado, por contrastes, no discurso, em *A instância da letra no Inconsciente ou a razão desde Freud* (op.cit.). É o mesmo movimento impegável da enunciação que está no estribo da articulação para ambos os casos. Nessa claudicação fundamental cada elemento do discurso depende da difração que o relaciona a seus módulos de sentido - progressão/regressão, antecedência/sucessão. Duas séries, ao menos, funcionando de forma interdependente e irreduzível: a série dos significantes; a série dos significados: sua síntese reversível é a prerrogativa da discursividade, mas sua unidade problemática e heterogênea torna-lhes a ambos a potencialidade inversa, desdobra-se no oposto (como quer Deleuze: op.cit.).

O signo não é uma definição derradeira, mas um estado, uma fase estacionária - daí que ele pode recair tanto à alçada do significante quanto do significado, e vice-versa. O caráter difratado do sentido suscita um problema: a sentença que recai à condição de premissa à sucessão proposicional emerge a potência hipotética de seu sentido relativo, a epistemologia que nos diga! No limiar do *Discurso* essas formações/formulações adquirem diversos modos e formas de incidências e aparições, salientando a difração serial: a especificidade concreta do significante; a indeterminação a priori do significado que lhe corresponda, seu paradoxo - o significante determinado não contém em si mesmo um significado específico. Vejam-se suas recorrências no que se sucede a esse epílogo.

*

O especular

A assunção jubilatória de sua imagem especular... a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar numa dialética de relação com

o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (Lacan: op.cit., p97).

As formas discursivas dos meios de comunicação de massa, sob a forma da indústria cultural, encontram-se instituídas à época atual como um complexo lúdico de especularidade. Módulos narrativos conjugados a representações icônicas cumpliciam-se numa tenacidade complementar como uma instância de simulação: nelas fundamentam as peripécias imaginárias do narcisismo primário.

A esquematização programática de conteúdo, sob a formatação propugnada, mormente da televisão, instaura-se como uma *hiperprosopopéia* conforme saliências sintomáticas nas reflexões imediatas em *especular*, espécie de simulacro do estádio de espelho avançado. Cada artifício se apresenta como ofertório num movimento autônomo com o júbilo autômato de duplicação por reflexo, simulacro de terceira grandeza, personificação emanescete. Eu-ideal e Ideal-do-eu têm coagida uma síntese contrafacionada do Sujeito, mas como processo de figuração onírica, muito mais do que de condensação.

Ao realizar um duplo movimento de concentração e difusão, tipicamente como agencia e agente, os meios de comunicação de massa mostram-se com uma ambivalência incontível: apresentar a realidade restituir o modelo de apreensão desta. Sob a perspectiva ideológica, oferece o padrão modelar de imago social, mediante o esfacelamento do ethos oriundo do estágio crítico da produção. Sua insígnia composta institui a armadura imaginária da ideologia ao *morcelère* do socius. Operando uma dupla reversão de forma e conteúdo entre realidade e ficção narrativa verossímil, entretenimento e serviço (que também é entretenimento) irradiam seus módulos, seus elementos unidivisos como chapa lisa e reluzente à fixação imaginária de processos de *identificação* e *projeção*, como descrito por Morin (in *neurose*): a televisão, em todas as suas vertentes programáticas, funciona ao mesmo tempo como um espelho e uma "máquina

de narciso". Transpassa a realidade coagindo-lhes segundo seus próprios signos mas engendra-lhe correção imaginária nos moldes das formações subjetivas tornadas positividade - assunção ideal de egos transcendentais ou subsumidos numa pasteurização irradiada como exclusividade. Confluência sublime no subterrâneo da objetividade. *Discursus imagum. Especula* com as expectativas na concentração coletiva dos olhares simultâneos singularizados. Difração subjetiva que encontra sua fixação objetiva num ponto excêntrico como duplicação mágico-imagística, apófase hipostasiado idênticamente numa imagem pródiga. "A outra metade de mim mesmo, esse duplo ou fantasma feito de luz fluorescente sobre linhas puntiformes, é o simulacro humano realizado na televisão - telepresença" (SODRÉ: 1984 p32).

A formação icônica da sintaxe televisual propulsiona com argúcia significativa a precipitação imaginária da identificação especular como matriz simbólica desse "eu-social", homogenia genérica que tem na reluzência ilusória desse espelho um frenesi epifânico como autoduplicação representada, *alter ego* mais-que-sublime preenchendo os espaços com sua onipresença fantasmática. Precipitação narcísica simulada como jogo bivalente de ativo/passivo de uma interação irreal:

A macrotelevisão ou teleorganização social vai, assim, compelir o indivíduo a encontrar sua identidade fora do espaço da ambivalência, num *imaginário objetivado*, isto é, em imagens de cuja produção ou de cujo circuito dialético estamos cada vez mais afastados (simulacros). O espelho estendido pela teleorganização - e o qual o indivíduo é instalado a se reconhecer - difrata continuamente simulacros, prontos a exibir a tecnoestrutura como único modelo com o qual cada um pode identificar-se para bem existir socialmente, mas prontos também para esvaziar o indivíduo de seus próprios modelos, suas imagens autônomas. Para tal sistema, é preciso, portanto, "objetivar o imaginário" (expropriando-o do indivíduo ou de quaisquer zonas indeterminadas) ou "ficcionalizar o real" fazendo com que os simulacros ganhem um princípio de

realidade (que eles não sejam "sonho", pois tudo é feito ou filmado sob a ótica do "social") - é o que precisamente realiza a tevê, ao fundir imaginário e realidade, criando um espaço próprio, simulado, "surreal" (ibid., p67).

O indivíduo contemporâneo tem na relação midiática em seu esquematismo financiador das construções imagísticas egóicas uma relação autenticamente narcísica - assunção de sua duplicação imaginária prenada em cada signo do discurso segmentar que se lhe apresenta com uma coerência infraestrutural: do todo em relação às partes e vice-versa, e de cada destes em separado, autorregula-se como um sistema autonomizado cujo marco regulador é função de seu próprio eixo orbital. Nessas formações discursivas encontram-se fiduciosamente, e com muita força, sortes de estereótipos assépticos como chancela reificada a naturalizar uma formação socioideológica para arregimentar indivíduos, difuso-apostasiados, numa fórmula geral de pertencimentos especiais, conjuntos pré-estruturados os quais dados a escolher ao indivíduo para que pertença - fora dessas opções modulares "in natura", qualquer escolha independente torna-se *marginalizada*.

A variedade incógnita das subjetividades, no que têm de singular, acaba por reduzir-se a seu simulacro televisual cuja gama de variantes apenas esboça as nuances de uma specularidade real, mas como tal ela é recebida e reproduzida como sintoma e habitus. Engendra-se assim todo um modo de procedência de pensamento e conduta social a partir da identificação conduzida conforme as instâncias sistemáticas dessa topologia mediática - e deste modo supera-se o estágio narcísico primário com a mídia a tingir-se o patamar efetivo do que se denomina atualmente por *Ideologia*.

*

O ícone

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações suficientes do comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas)..., serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana... O sentido mais abstrato, e mais sujeito a mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual... Sempre que haja *representação* independente o espetáculo se reconstitui... O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa (DEBORD: op.cit., pp18-19).

À medida que os meios gerais de produção foram se especializando e se sofisticando e tornando-se "leves" no tratamento material de uma produção real, a finalidade dessa mesma produção, comprometida por seus meios, inclina-se a reproduzir em si mesmas as marcas infraestruturais do modo com que fora produzida - o que acarreta dizer que, em certa medida, todo produto conserva características das condições de sua produção, de tal modo que também as supera. A extrema abstração da produção contemporânea é a *impressão digital* dessa sociedade atual. O rumo que tomou é síntese das escolhas históricas realizadas até então, como decorrência pretendida e involuntária, sobredeterminada e hiperdeterminada.

O Imaginário constituído basicamente do olhar recompõe ilusoriamente a unidade perdida no processo da evolução da vida humana, separada entre corpo e mente (repita-se). Manipula todo material duplicado à distância, que é imagem, a fim de operar o duplo movimento na duplicidade que o fundamenta: separação e reunião; cisão e junção. Esse mesmo princípio basilar está contido na estrutura funcional da mediação como modo autônomo de produção abstrata. Tira do real suas imagens, e nele intervém com estas para convertê-lo em imagens de si. Nessa construção a utopia de autonomizar a alma do corpo

se realiza por representação simulada, idêntica aos dados primários de sua matriz. Já não se trata de narciso refletido apenas numa superfície, mas proliferado exponencialmente por reflexo. Já não são mais extensões do corpo somente (como quis McLuhan), mas como extensões do corpo os meios de comunicação voltam seu projeto ao fim original de todo imaginário ocidental: a alma "etérea". Nesse ponto particular, como no geral, as redes de comunicação são fadadas a restituir a ilusão do princípio religioso em um novo status, como platonismo do novo milênio, faz realizar no real a abstração ideal do mundo das essências vazias. Recai à superfície terrestre com a mesma evasão que lhe constitui. Seu fim é contemplativo.

A iconografia é arregimentada como bem mais precioso de toda *indústria cultural*, na qual destaca-se o Jornal. Apostasia fluida, se posta como não mais que um ectoplasma de um objeto evasivo, mas que restitui em sua superfície todo código de composição daquele. Júbilo híbrido na recomposição fantasmática o brilho inerente a essa imagem lhe confere ilusão impecável do almejado imperecível. É fixação imaginária da ilusão da eternidade que se ativa no jogo especular com o ícone na indústria cultural, ou no jornal como prorrogação do *momentum*. A veracidade que se impõe vem do fato de reproduzir-se conforme a mesma "natureza" abstrata da relação subjetiva. A exultação do ícone não deixa de ser aí uma utopia platônica travestida e degenerada à nossa época:

As cópias platônicas são *ícones* feitos à semelhança da *Idéia*. Elas não são, porém, uma imitação do *modelo*, não estão em face deste numa relação exterioridade [simplesmente], mas fundadas numa semelhança interna derivada da própria idéia (...), o platonismo teria fundado no entender de Deleuze... 'todo domínio que a filosofia reconhecerá como sendo seu: o domínio da *representação*' (GARCIA-ROZA: 2004, p 11. Grifos nossos, in *ít.*).

O ponto mais degradado dessa utopia consiste em que a verticalidade do modelo ideal lineariza seu ponto nuclear numa equivalência horizontal dos dados componentes da modulação. A verticalidade platônica subverte-se na horizontalidade *sofística*. A revelação do ser inaparente coincide artificialmente com mesma ilusão da aparência combatida pelos platônicos. O ser que é totalidade, ao se perder o limiar entre interno e externo, é rebelado como assunção de sua imagem, verdade imaginada revelada como imagem do real.

O ícone supera o referente e passa a dissuadi-lo impostando-se contra aquele. Revela-se a formação social no domínio da representação como totalidade aparente, realidade totalizada apenas como aparência. Nessa função opera-se uma reversão de sentido na ambigüidade qual à relação da idolatria do fetichismo religioso: o ícone como representação-fetice assume o lugar do referente como sua realidade - se lhe transfere os encargos anímicos e os cumprimentos litúrgicos.

Em toda indústria cultural o mesmo ocorre à fundação: a presença percebida da imagem simula essa relação, emanação substantiva do sujeito real estendida ao ícone idêntico de si mesmo. Imagens e objetos de "ídolos" do entretenimento despertam o mesmo frisson, ao exibirem-se, que a presença real daqueles ainda em vida - sua imagem apostasiada como hipostasia eterna de sua Alma.

*

As hipóteses seriais

O fenômeno, bem como o discurso e o sentido que dele decorre são constituídos por séries de elementos relacionados ao princípio dicotômico fundamental identidade/diferença. Essa dicotomia, que põe os elementos manifestos numa formação serial, indica o limiar de uma estrutura fenomênica ela mesma apresentada ao mesmo instante como séries opostas, às quais, a priori podemos designar por série tética e série antitética. Uma série pode ser entendida como uma correlação em que a disposição dos elementos indica uma hierarquia tópica na evolução linear de seu ordenamento.

Uma série pressupõe sempre um modelo primário e genérico na referência do qual cada elemento progride a atingir na acumulação a totalização dos aspectos constitutivos de seu referente. Cada elemento contém em si o princípio geral que o relaciona ao modelo e o reúne aos demais. A série, como o fora dito, é dicotômica em si mesma - não apenas em sua oposição conseqüente, mas por sua formação imanente: cada elemento é disposto numa evolução que os relaciona entre si, mas cada elemento pode também ser considerado individualmente em função de seu modelo. A série contém fundamentalmente uma repetição intrínseca - aquela assunção geral que faz cada elemento propulsionar-se nos elementos de sua "vizinhança" no interior da série. "Cada nome é tomado primeiro na designação que opera e, em seguida, no sentido que exprime, uma vez que é este sentido que serve de designação ao outro nome (...) a forma serial se realiza necessariamente na simultaneidade de duas séries pelo menos" (DELEUZE: p39. Op.cit.). Lacan apresenta a tese de que a relação de significado e sentido emerge da própria relação diferida dos elementos em contrastados de séries opostas. Contrastes de significantes, tal que uma série seja constituída pelo idêntico/homogêneo e outro pelo inidêntico/heterogêneo. Sua ilustração expositiva o demonstra bem: uma série com duas imagens idênticas de portas e duas imagens humanas de gêneros distintos; outra série com as mesmas imagens de portas, mas as pessoas são representadas por substantivos designadores do gênero correspondente (cf. Lacan: op.cit., p502). Pode-se observar uma digressão no interior de cada uma das séries entre termos da homogenia e os da heterogenia, simultaneamente. Ratifica-se a preponderância, porque, mais a mais, sempre o binômio comparece como condição prévia a toda relação possível - e sempre há repetição mediante a variedade ou a constância, como manifestação do existente da relação, torna-se fenômeno.

Lacan preconiza a o limiar do discurso numa sucessão oposicional entre significantes. A relação da série é para a pressuposição *in absentia* dos elementos do significante, no discurso, alinhados na contigüidade sintagmática, marcado por uma barra indicativa da resistência a priori de significação. Como

relação paradigmática atua a ordem contínua dos significantes dispostos no sintagma. Tal qual o signo lingüístico sausserreano, a letra lacaniana engendra uma correlação entre os elementos na estabilização de uma unidade a conferir sentido ou significação a sua própria formação, mas o que se apresenta como elemento próprio a ser emprestado à significação é um significante que constitui sua série oposta numa relação direta intercambiável - o algoritmo lacaniano é já em sua forma inicial a metaformação do deslizamento metonímico a pressupor uma seleção cujo endossamento se dá na verificação do ausentamento.

A unidade semântica aí forjada nas associações dos significantes cujo significado não deixa de ser produto espectral de diferenças imanentes apresenta-se na sucessão correlativa como um novo momento de primazia do significante reintroduzindo a maleabilidade de seu momento primordial: "nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a outra significação" (op.cit., p501). Assim, suscita-se a ocorrência de uma terceira série, se de tal modo a pudermos designar, como sendo a série evolutiva do significado, ela mesma a recompor-se na coesão da letra no discurso como no âmbito do significante - o que há de concreto e objetivo no discurso, e o que dessa mesma relação como a elemento unicamente eletivo à transcendência na linguagem. Temos, pois de observar a que ponto as séries significantes como seu modo de ordenamento como a série que constitui a tessitura de uma fala, um relato, produzem socialmente o sentido metastável, ao assumir-se a postura de haver a identificação presumida mediante o reconhecimento do significante e a relativização conseqüente do significado frente às relações de sintaxe que se articulam modalmente no campo da fala ou da "escritura"⁴. É nessa linha qual se mostra como objetivamente mais eficaz que se propõe a leitura crítica das formações discursivas nos mídias em mor caráter o relato jornalístico que melhor indexa as premissões dos jogos operatórios dos significantes como determinante da narrativa.

⁴ - conforme a noção referenciada por Ivo Lucchesi em *Crise e escritura*.

Na eminência do significante a representar uma realidade subsumida no relato que compõe seu repertório, como força geradora de significados primários e assessórios, no que se posta, estritamente, como uma formulação hipotética sucessiva nas séries a finalizar como sentença discursiva uma unidade de sentido que inversamente passa a ter o significante como representante derrisório de um significado necessário, apoditização às avessas. É aí o significante a dar testemunho determinante aos significados erigidos nos interstícios opositivos, como é próprio da linguagem e da estrutura do signo, estabiliza seu referente na forma reversa, e não mais o reverte nessa mesma proposição. Contudo tem nas instancias reversíveis do significante a matriz funcional de toda sua produção, que é discurso, não menos de qualquer fala do que à poesia, como assunção da alternância que sobrepassa a barra da resistência e desloca o elemento do paradigma no sintagma em que haverá a propulsão do próprio sentido no discurso, sua formação, outrossim, compatibiliza-se com a estrutura da metáfora, no que opera as substituições e as alterações na composição serial:

A estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significado que se produz um efeito de significação que é o da poesia ou criação, ou em outras palavras, do advento da significação em questão (...). Essa transposição exprime a condição da passagem do significante para o significado" (op.cit., p519).

É a mesma operação, que substitui no discurso sua referência lingüística, que compõe no discurso da representação a substituição dos elementos do real por seu signo-significante representativo. A forma fragmentária reordena-se na composição de uma série própria do relato conferida pelas amarrações tópicas de sua tessitura. A posição-valor desses significantes o fio condutor da significação mediante os elementos das oposições em séries simultâneas no interior da proposição a reaparecer em todo discurso. E é nessa reversão que engendra o agrupamento ao modo

esparso dos significantes que o rompimento fundamental da significação, aí mesmo, a mostra como uma série hipotética tendo na sentença o júbilo prodigioso de sua tese inevitável.

Em psicanálise não há nenhuma hermenêutica para o sentido. Outrossim, nenhum significado oculto se pretende revelar senão o próprio significante. A hermenêutica aí possível, o parece ficar patente na leitura de Lacan, é a da relação significante e a da função propriamente simbólica à base de todas as formulações das modalidades do imaginário, e o reordenamento da letra na reversão do movimento que levara do significante ao significado (vice-versa). O sentido deve haver, não tanto do que seja nesses conteúdos tanto quanto desejável ao Sujeito suposto saber a suturar com tal artifice sua angústia, estabilizando a incessante contigüidade das justaposições do sintoma no discurso.

À forma da metáfora no sintoma, leia-se em Lacan, não há nele mesmo sentido - também é uma relação significante, mas é no sentido que ali pode emergir como construto que a problemática tem vias de resolução ao passar à sua significação assertórica. Da letra significante em suas séries opositivas ela mesma engendrando o significado que a faz saber ao sujeito que a supõe. Essa relação de rearticulação dos significantes prenuncia a viabilidade de resolução na ficção simbólica na fala do sujeito à qual se confere seu *valor de verdade lógica*. A significação ressuscita-se como essa resolução custodiada pelo mecanismo simbólico do significante como modalidade imaginária levada às margens do Real. Mas é como narratório que regressa ao Imaginário donde a assunção do sentido numa trama especular lhe revela como *verdade no real* pela "fé" no reconhecimento do testemunho no outro. Vemos nessa perspectiva na formação das serializações dos significantes aquilo que é próprio à constituição do discurso à função da linguagem, e é também essa perspectiva qual se adotará enquanto prerrogativa a pensar-se uma interpretação possível da letra ou significante em todo relato, sobretudo midiático, antes de uma fenomenologia dos significados, uma hermenêutica dos significantes à assunção do sentido possibilitado por suas articulações primárias.

Sobre o hipotético

Em sua *Crítica da razão pura*, Kant distingue modalidades de raciocínios e juízos em função da relação inerente com o fenômeno, estabelecendo as divisões metódicas, em que há hierarquização das divisões, que fundamentam o *corpus theoreticum* de uma teoria crítica. Em função da *relação* fenomênica esse raciocínio pode estabelecer-se como:

1. categórico;
2. hipotético;
3. disjuntivo;

No caso específico da proposta renunciada (acima), interessa-nos antes a segunda alternativa, a que consiste o raciocínio hipotético a fundamentação conceitual da assertiva de hipóteses seriais no relato-noticiário. Kant propõe, a priori, o raciocínio hipotético como consistindo na relação que vincula um princípio a sua conseqüência imediata, sem, contudo, validar a priori a premissa de que parte uma dada proposição - pensa-a numa relação de inerência, e na relação de coerência interna do círculo da proposição. Dado a abrangência apriorística da relação fenomênica, Kant ainda a pormenoriza em *modalidades* divisórias (segundo seu *principium divisionis* que está à base da crítica). O hipotético comporta como subdivisão relativa mais três modalidades de juízos conforme a relação que se constitui na proposição:

- problemáticos;
- assertóricos;
- apodíticos;

Segundo o fundamento lógico da proposição pode-se atribuí-la essas variedades de caráter de mesmo modo que pode-se pensar a função lógica da proposição numa evolução em que se parte de uma questão problemática a uma sentença apodítica.

Por *problemático* Kant entende o juízo em que fica patente apenas a possibilidade de se dizê-lo afirmativo ou negativo, entenda-se, uma

possibilidade lógica pura cujo conteúdo e predicação não se considere a priori - somente é a emergência dialética da proposição (cf. p104, op.cit.).

Por *Assertórico* o autor entende como sendo tal juízo dado em que seu "valor [sentencial] é considerado real - verdadeiro" (loc.cit.). Entretanto o é real segundo uma relação particular em que se mostra sua determinação, a posteriori, sinteticamente, frente uma gama de possibilidades dadas inicialmente: "realidade lógica ou verdade lógica" (op.cit., p 105). Constitui como verdadeira segundo uma especulação particular em pormenores, evidenciada *a posteriori*.

E por *apodítico*, o mesmo, entende o juízo tal em que a relação entre o princípio e a consequência exprime uma "necessidade lógica" (loc.cit.), em que a proposição não comporta a expressão de qualquer outra sentença, conquanto, uma autoevidência em si mesma em decorrência de seu princípio condutor, logo, *a priori*.

*

A correlação modal no relato-noticiário

A formação do relato-noticiário do jornal comporta um problema na ordem do discurso: seu juízo enunciado sob a forma categórica recobre, todavia, seu fundamento eminentemente hipotético a maior parte de suas exposições. Comporta ainda, uma vez identificada uma formação de juízo como hipotética e a sua classificação reconduzida criticamente, outro problema tipicamente inferior, mas não de menor gravidade - o expositivo ora problemático, ora assertórico (a formulação cuja assunção consta de maior presença) intitulam a atribuição apodítica de um modo arbitrário pela conformação sistemática da narrativa na relação de interlocução - obviamente numa função extrínseca a dos meandros da tessitura desse discurso. Não se encontra qualquer outro modo de se empreender essa abordagem, outrossim, interpretativa, senão, sob os auspícios de uma espécie de "metafísica do discurso" a comportar sua função estética mediante a interlocução estabelecida - o que provavelmente torne a crítica tão problemática quanto à objeção que se

faz por meio esta. Mas serve ao menos como instância identificadora a fim de estabelecer um diálogo até o ponto em que se faça possível conduzi-lo.

Ao considerar-se a formação narrativa do jornal, em caráter privilegiado o televisivo, pode-se observar sua composição constituída fundamentalmente por ícones justapostos, intercalados por textualidade verbal, em sua fala. Cada elemento disposto em seu discurso ao tomar um fato na ocorrência real como referencia incide enquanto signo como uma amostragem, ou mostra, se for mister, representativa de um universo complexo cuja extensão progride em correlações de séries infinitas de acontecimentos a comportar a forma disjuntiva de conjuntos homogêneos e heterogêneos procedendo ao modo contínuo e descontínuo. Cada termo e proeminência difusa de um fator preponderante organizado ao modo sucessivo e linear da serialização conforme o princípio da reunião em que a posição seqüencial (entenda-se contínua) na linha sintagmática da narrativa se lhe confere um lastro sofístico de efeito.

A oração verbal assume sua função como conjunção que articula a unidade tanto cronológica quanto ideológica. Mostras avulsas dispostas amiúde com rigor contíguo da cronologia do enredo reconstroem ao modo próprio da reunião uma série cuja diretriz referencial, isto é, o fato, não pode reencontrar-se nem parcialmente em si, nem integralmente num relato categórico conquanto inequívoco. É sempre como sintetização disjuntiva a proposição geral de suporte discursivo, ao relato à forma narrativa, que as séries de significantes seletivos serão organizadas numa condução linear na forma do ícone como profusão de égide categórica.

A premissa estabelecida por repetição nas variantes dos relatos - estes já hipotéticos - sustenta a trama como um conceito assertórico, conciliado à forma categórica do ícone (entenda-se que trata-se da forma, não da relação lógica intrínseca). Cada fator disposto suscita uma relação de co-possibilidade que se decompõe resoluto segundo a evolução sintagmática dos significantes, mutuamente complementares, em que as diferenciações sugerem pelo que lhes são familiares, a assunção de um sentido metaestável. Possibilidades são ao rigor lógico da relação proposicional, de tal modo a que cada "signo-

significante” (ambivalência e reversibilidade) está em perspectiva de validação do significado com que se restitui no outro que lhe sucede.

O importante da formação desse relato noticiário é o modo de compor sob a forma homogênea a reunião do disjuntivo no discurso. Como asserção a seu modo, sem necessidade lógica, uma série de proposições a rigor hipotéticas compõe a trama discursiva desse relato sem, contudo indicar na narrativa, no nível formal ou substancial, o componente emergente da apoditização ou clarificar-se o enunciado à formulação hipotética qual este é.

3 - A FRAGMENTAÇÃO

Introdução

"Pós-modernismo" e sua estetização

O conhecimento e as técnicas produtivas vêm se aperfeiçoando numa cumplicidade histórica como decorrência de uma demanda a que podemos considerar biunívoca, como o signo lingüístico. Necessidades de otimização da produção propulsionaram, e continuam propulsionando, organização mais precisa e elaborada do processo geral de produção, alcançado por um impulso de pesquisas técnico-científica cujas descobertas e resultados se inferem no aperfeiçoamento das praticas e têm sua ação de retorno sobre as próprias articulações da produção do saber.

Práxis histórica e produção de conhecimentos efetivos e assíduos complementam-se de modo bem proeminente: o que torna-se muito visível a partir da Revolução industrial, realizada inicialmente na Inglaterra. Temos nessa fase uma alteração qualitativa do modo de vida das sociedades ocidentais, mas isso se preconizava já ao fim da Idade média, com o advento da burguesia, quando o trabalho artesanal das oficinas começa a configurar uma divisão cada vez mais metódica do trabalho, acarretando maior especialização de cada setor pela exaustiva repetição de tarefas simplificadas - padrão de produção que tem sua assunção na indústria, em que a

mecanização alavanca a produção pela precisão e velocidade de processamento de insumos. Temos então vetores eminentes na modernidade como resultantes do modo de desenvolvimento das "forças produtivas" em progresso:

1. Divisão do trabalho acarretando especialização setorial;
2. Velocidade acentuada da produção;
3. Enaltecimento da produção técnico-científica - como modo de aperfeiçoamento da práxis social e mola propulsora do progresso civilizatório;

Esses vetores suscitados na alta modernidade com sua compulsão produtivista acarretam forçosamente a formação de uma estética em que esses vetores se estabelecem como paradigmas a perpetuarem gradativamente com cada vez mais força. Todos esses três paradigmas podem sintetizar-se ao modo mais simplificado como a impugnação de um caráter *funcional*, ao menos em primeira instância. Mas, na medida em que a superação da fase necessária da produção real ou pesada torna-se uma evidência pela abundância gerada pela acumulação compulsiva, os paradigmas que constituíram o imaginário histórico das sociedades em que se estabeleceram, sofrem deslocamento para o modo dominante de produção: a produção concreta cede terreno e torna-se sem finalidade, a estética torna-se uma finalidade de produção em si mesma (daí críticos como Friedrich Jameson centrarem sua análise na emergência estética que tornara-se perceptível na mudança de orientação social que, ao olhar-se mais ao fundo, não é mais do que sua continuidade mais radical). A essa fase, em que os conhecimentos e as produções especializadas deslocam-se de uma referência real, e com estrita finalidade, para uma produção sem finalidade em que o estético torna-se uma finalidade em si mesmo a produção possível, convencionou-se denominar "pós-modernidade" ou *contemporaneidade* (aos que não vêem rompimento categórico e paradigmático à sua fase anterior, apenas deslocamento interno da organização produtiva, seguindo a teleologia de seu fio condutor histórico, recusando-se a sua conceituação por falta de rigor demarcatório, de validação

epistemológica, e de profusão analítica). Em decorrência da orientação deslocada, a dominante estética estabelece suas bases como estética dominante. Cada aspecto da produção tornada abstrata contém as marcas do que a constitui na origem.

A divisão especializada do trabalho atravessa os enunciados diversos como fragmentação discursiva, a *ratio* produtiva como performativismo à produção simbólica, e a velocidade do processo industrial incrusta-se em todo trabalho como urgência de movimentação e instantaneísmo. Entretanto, ressalta-se que, como o estético tornado uma finalidade em si mesmo, o caráter inicialmente utilitarista ou funcionalista da produção revela-se não mais do que uma retórica sofisticada que mantém sua efetividade chapada à superfície aparente dos fenômenos sociais, seja Arte ou produção científica, o que acaba por traduzir *a vida social como redução exultante à simples aparência* (como atesta Debord: loc.cit.). Deste modo temos o estético como um dos pilares da contemporaneidade e como decorrência a forma modal que a constitui na base a formular-se como composição no imaginário histórico da presente época. O que na base profunda constitui-se como funcional mostra-se identicamente a todos os olhares como funcionalmente superficial. Essa inversão de óptica é parte fundamental da atualidade, relativamente à sua fase inicial. Ciência ou arte, operação ou informação, jornalismo ou publicidade, bem como toda indústria cultural que adquire força nessa "passagem", constituem seus enunciados ao modo predominante da orientação estética supra-escrita, da poesia de Paul Celan (por exemplo), à composição heterogênea de um jornal - fragmentação, depuratividade imediata, performativismo - essa é a forma discursiva da produção social atual.

3.1 – A consciência superficial

A alta modernidade, mesmo com a dominância emergente do novo modo de produção, fora marcada ainda pelas grandes ideologias que se suportavam no saber científico e se estabeleciam como uma proposta de resolução das contradições sociais radicalizadas, tendo em sua própria

assunção a radicalização das posturas e das condutas - nessa fase surgem metadiscursos que lograram autenticar uma "solução decisiva" dos conflitos ante a eminência do saber absoluto preconizado numa epifania científicista. Era a época do progresso e da compulsão produtivista arregimentados como forma de superar o mal-estar civilizatório deflagrado pelo saber acumulado historicamente para o qual um dos principais motes acarretou com a redução da função mítico-religiosa. Havia uma vanguarda artística cuja utopia estética de *modus vivendi* constava à margem da razão política em vigor. Mas houve nessa fase, com a especialização do saber uma submersão do sujeito do conhecimento em sua práxis como aposta de realização efetiva de grandes projetos de alcance coletivo.

A ausência de "deus" nesse transitório período, como em nenhum outro, faz a sociedade ocidental ficar em perplexo estado de luto e deslocar em seguida o termo enfático de sua orientação vital às grandes produções coletivas, ainda sob o paradigma interno da acumulação capitalista.

Confere-se aos estados nacionais a autoridade transcendente ao mesmo tempo como sustentação social do vazio deflagrado pela degeneração e falência da proposta religiosa - o mercado e a política ocupam eminentemente esse lugar. O embate das forças ideológicas megalômanos e a especialização cada vez mais acentuada do saber levaram o ocidente a um cenário nefasto como aposta de culminância das propostas políticas estabelecidas como verdade universal à era das grandes ideologias.

O empenho de gerações vê-se frustrado frente os resultados de seus dispêndios onerosos, e força uma reformulação das orientações da vida social, acompanhada de uma mudança brusca de percepção e sentimento de mundo: a intensidade da urgência mistura-se ao ceticismo societário, ao mesmo tempo em que o estágio aperfeiçoado da produção possibilitava uma diversidade de elementos a serem aquilatados pelos indivíduos.

A velocidade identificada com o sentimento fugidio do efêmero e da finitude agregado às variáveis ofertadas pela especialização produtiva efetuou uma orientação hedonista e superficialista ao *modus vivendi* ocidental e

exerceu sua ação de retorno sobre a própria produção, tornada ela mesma difusa nesse momento:

O sistema não pode funcionar senão reduzindo, por um lado a complexidade; por outro lado, ele deve suscitar a adaptação das aspirações individuais aos seus próprios fins. A redução da complexidade é exigida pela competência do sistema quanto ao poder. Se todas as mensagens pudessem circular livremente entre todos os indivíduos, a quantidade de informação a ser levada em conta para fazer as escolhas pertinentes retardaria consideravelmente o prazo da decisão e, portanto, o desempenho. A velocidade é, com efeito, uma componente do poder do conjunto (LYOTARD: 2008, pp 112,113).

Vislumbra-se um horizonte (aparentemente) heterogêneo a ser explorado pelo sujeito emergente das manadas ideológicas que compunham homogeneamente o projeto de base da *modernidade pesada* (Bauman). Nessa perspectiva, o fator estético da produção sem finalidade, tendo sido tornado um fim em si mesmo, propugna uma relação social aportado na redução da consciência à percepção elementarizada, isto é, tornada impressão. Essas impressões regredidas ao estado primário do sensório, requisitada em rápido deslocamento sobre as variações do relevo acidentado da vida social emergente, produz uma relação de impulsos por estímulos cujas respostas são imediatas, liberação de intensidades a alternarem-se velozmente no curso dos elementos estéticos esparsos num espaço a ser suprimido - essas intensidades tornam-se difusas como com elas o próprio ordenamento da percepção majoritária na sociedade.

A par com o que coincide entre o modo de produção capitalista e a proposta marxista, cuja base era a indiferença plena por métodos distintos, o ethos ocidental contemporâneo constituiu a primazia do sintagma como diretriz ideológica (se ainda o pudermos denominar de tal modo) da derrisão social (o poder aí também acabou, como atesta Baudrillard (passim), este constituía-se numa verticalização radical da organização social e num aquém da

equivalência, numa formação além da lei estrutural do valor. (O que Michel Foucault chama de *relação de poder intersubjetiva* [*Microfísica do poder*] indica pela diluição, tornada cambiável e equiparável, a equivalência micropolítica da barganha e da vantagem no mercado consumidor - simulacro histriônico de pseudopoder). Parece que a sociedade moderna escavou tanto que emergiu na superfície oposta - e isso indica uma inversão de óptica em quase todos os aspectos, e sentidos, da vida social contemporânea.

*

O plano-reflexo e a mensagem mediática ou jornal "pós-moderno"

Como atesta Debord (op.cit.), a atualidade é perpassada por uma tendência generalizada em "fazer ver", tão mais do que ao emprego rigoroso da razão analítica ao considerar-se toda sorte de fenômeno ou discurso que se lhe sucede. Essa proposição afirma-se implicativamente com a tônica de entronização da redução de toda experiência de mundo do sujeito reduzida à contemplação estética da realidade, por conseguinte, dos modos atuais de produção de conhecimento.

O caráter utilitarista infenso a uma imensa generalidade dos enunciados de um saber supostamente efetivo se apresenta como confirmação de um reducionismo ao mesmo tempo intelectual e operacional, traduzido como facilitação do acesso e da suposta assimilação dos discursos do conhecimento, ele mesmo reduzido ao *modus operandi* mais simplificado e instantâneo. O próprio repertório lingüístico à forma sintática, e igualmente o domínio lexical sofrem excessivo enxugamento e simplificação, depuração prévia a fim de que as informações elementares da mensagem alcancem o status de unanimidade, recusando-se assim em se considerar a dificuldade inerente dos enunciados como conseqüência inelutável da resistência analítica intrínseca à relação do objeto dessa função (analítica).

A mensagem encontra ponto de sustentação, que é ao mesmo tempo seu ápice enunciativo, no achatamento dos discursos ditos "pós-modernos" à difusão generalizada de imagens icônicas, e a verbalidade que a suplementa como indução elementar de também fazê-la verter-se imediatamente em

imagem - uma sorte de representações empilhadas a um só nível, apreendidas sem rigor crítico, como constituindo nessa proposição eminentemente disjuntiva, uma, apenas, proposição simples. Essa formação discursiva não apenas conduz essa ordem problemática, como também desnuda a articulação perceptual-intelectiva de seu rigor metódico-crítico-analítico, ao realimentar um vício da repetição estagnada numa imagem de superfície (imagem é superfície) que é ao mesmo tempo sua constituição inerente e sua manifestação geral.

Fundamentalmente, o emblema maior do enunciado contemporâneo é a mensagem apregoada pelo modo próprio da *indústria cultura* em suas vertentes várias. No caso do jornal, como máquina de *duplicação informativa*, sinaléptica, cuja proveniência é a prerrogativa implícita de profusão do *esclarecimento* (conforme disposto por Ivo Lucchesi num quadro didático-esquemático: op.cit.), o modo como se institui o campo lexical bem como a sintaxe representada deixa isso mais *visível*. Sempre firmando seus enunciados a guisa de amostragens elementares seus juízos confirmam-se por "assertóricos" por puro referendo pré-assentido (e por que não pressentidos, já que suas conclusivas discursivas são óbvias e retornam ao perceptual e à sensibilidade). É pela *sensibilização*, doravante, que a mensagem jornalística logra atingir a *verdade* sobre os fatos transmitidos em sua mensagem estetizada, *resposta já implícita na pergunta, que já não é indagação de qualquer coisa*, mas fio condutor na forma circular (como diz Baudrillard). As sentenças da recepção não são aí resultados de crítica, análise criteriosa e pesquisa razoável, mas de pseudoconstatação a começar no olhar e terminar por ele. *Se há imagens, então é verdade!*

3.2 – Diagramação-mosaico

"O espetáculo reúne o separado, mas o reúne *como separado*"

(DEBORD: op.cit., p23)

Um dos aspectos fundamentais da indústria cultural é seu caráter estético. Uma das características mais relevantes do quadro que compõe a estética predominante atualmente é a *fragmentação*. Considerando as produções discursivas em seu caráter formal com uma topologia sistêmica, as identificamos com um arranjo disjuntivo o qual empreende e sua formação orgânico-conjuntural o agrupamento ordenado de signos expostos num cálculo sintático razoável a estabelecer relações de valor mediante o privilégio posicional que se inclina à percepção nas diversos modos possíveis de leitura.

Há uma precessão dispositiva sistemática à constituição semântico-lexical engendrada no nível da tessitura do discurso. Comportam-se *lócus* num planejamento quase logístico, intuitivo ou pragmático, dos signos-estéticos numa dimensão, analogamente, espacial da matéria textual das produções da atualidade, sobremaneira, no jornalismo, seja impresso ou telerremoto.

No jornal televisivo (telerremoto/televisual), a formação espacial encontra-se implícita na condução cronológica da narrativa, já que conserva como ordem de exposição narrativa um caráter consideravelmente paradigmático: seu *modus sequential* em serialização sugere à organização imaginária grau de importância pelo consentimento prévio, convencional, dos *momentos* consagrados da linha cronológica da exibição da narrativa, bem como a duração de cada módulo narrativo - produz-se uma equivalência das percepções representativas entre tempo e espaço intercambiáveis.

A unidade que se opera nessa equivalência diagramática entre os heterogêneos dispostos em módulos seriais forja uma relação de identificação intrínseca por um fator extrínseco, que é o aporte espacial ou cronológico do enfileiramento dos elementos narrativos a designar um quadro compactado, fenomênico, vinculado em mútua dependência, encadeada, como função em que o princípio transcendente é a generalidade da discursividade, assunção problemática do que na base é uma *elevada* indeterminação. No jornal impresso esse resultado se dá pelo desígnio da *diagramação* no sentido estrito.

A organização dispositiva da *diagramação-mosaico*, organicamente, funciona como o sistema solar: esferas semiautônomas implicadas pelo campo gravitacional em função de sua massa (densidade) e sua posição em relação às outras esferas e simultaneamente em relação ao epicentro (que é o Sol), só que no jornal o epicentro não contém um núcleo denso, não é uma tessitura, tampouco uma temática determinada, o epicentro é o próprio *haver-discursivo*, pura força gravitacional, magnética (ao introduzir tal analogia). Assim, pelo traçado e ordenamento topológico, elementos de diferentes matérias e procedências têm efetuada uma sincronia (simbiótica) estética no nível das alocações significantes, operando conforme a disjunção que lhes é peculiar, numa sistematização autômata, a heterogenia harmoniosa que lhe confere seu matiz furta-cor, variações tonais, transladoras e rotativas, no curso narrativo.

3.3 – Muito variedade, poucas variáveis

A contemporaneidade estabeleceu uma inversão de óptica e conseqüentemente de perspectivas de conduta social: a verticalidade paradigmática da alta modernidade substituiu-se, a presente época, pela equivalência entre todos os termos na horizontalidade à superfície do sintagma - manejo instrumental suportado conforme a modalidade da lei estrutural do valor.

A evidência demonstrada pelo conhecimento em profundidade enxugou o quadro aparente das complexidades tidas como uma gama incalculável de diferentes naturezas, segundo um denominador designado *Razão*, a uma sorte muito limitada de variáveis em combinações -permutas e arranjos gerados a partir destes. Mas isso mediante o sujeito do esclarecimento. Ademais, conquanto a consciência do socius que atrofia-se segundo os estímulos perceptuais a condicioná-la, a realidade revelada ao esclarecimento como não mais que esses co-possíveis se apresenta em sua ilusão como um menu interminável de essências múltiplas incontáveis.

A diversidade equivalente da superfície ainda financia essa perspectiva iludida do socius de migrar a cada item, seja do universo da mercadoria ou da indústria cultural, cuja produção é também mercadoria (relação e função), como uma experiência radical com o novo - a mera mistificação do ocultamento planejado por uma logística de exposição mercantil, mostra-se aí como mistério transcendente do desconhecido promissor - já não é incognoscível enquanto absoluto, já não é indeterminado enquanto devir, mas um êxtase da mesma ordem do que o da religião, só que materialmente constituído e tecnicamente instituído, como uma "reconstrução material da ilusão religiosa" (DEBORD: op.cit.).

Sob os auspícios de um brilho furta-cor, a produção dita "pós-moderna", e a consumação que daí decorre, faz da relação biunívoca constituída socialmente uma sensação simulada de eterna novidade - os meios estabelecidos são o da constante alternância e recomposição, a dar impressão, pelo fluxo engendrado cuja s direção são indeterminadas, do florescimento de novas naturezas nunca dantes vislumbradas.

A angústia da incerteza é emborcada pela constante de consumação errática, e o tédio que sobreviria como assertiva de que afinal, temos muito pouco de realmente "novo" a descobrir sob o sol, é elidido pela alienação significativa que faz crer, pela aparência, as novas substâncias anunciadas a cada dia, por jornalistas, cientistas, artistas, anônimos etc., estas não passam fundamentalmente de permutações do mesmo, o que a filosofia e a matemática de Leibniz há muito já anunciara. Daí ficar extremamente problemático falar a respeito de uma efetiva vanguarda, utopia da alta modernidade. Surgimento de pseudo-estilos pode deflagrar-se a uma análise profunda como deslocamentos e combinações de padrões muito arcaicos. Há, por outro lado, à dianteira governamental e diretora, intelectuais e/ou seus porta-vozes um pavor de que essa perspectiva invada a vida social de tédio e estagne a ordem produtiva. Assim a palavra de ordem torna-se a mover-se, hiperatividade quase nunca produtora, apenas repetição alienada de uma "alienação prática"(Chauí: 1980) deslocada.

A *incessante renovação tecnológica* seguida da *perpetuação do presente*, como diz Debord (op.cit.) apresentam-se no esteio desse fio condutor como alterações superficiais de cunho produtivo - séries de computadores, telefones e toda sorte de eletro-eletrônicos são vendidos como extrema novidade, no entanto nenhuma mudança atinge-o como alteração profunda do modelo nem da função, somam-se assessórios como tímidas variações tanto de performances quanto de estilo (se ainda se puder falar em estilo).

A publicidade se encarrega, junto da logística de distribuição, de que o consumo torne-se um "espetáculo" em si mesmo, e o produto sua complementação apoteótica. Tem-se, pois que, de uma sorte reduzida de variáveis dadas a combinarem-se, temos uma infinidade, aparente, de variedades representacionais (e significacionais) ofertadas à consumação contemporânea, eminentemente de caráter estético. *Mais do mesmo* nada (ou quase isso).

Mudança de horários e substituições de programas de TV por outros similares, a redundância disfarçada do jornalismo, e até da produção intelectual, demonstram involuntariamente um esforço despercebido de apresentar o novo onde ele já não é eminentemente possível - traveste-se o já apresentado para que pareça novo, "recauchutagem" na ordem da significação propulsionada por nuances estéticas. Desenhos de carro, de móveis, arquitetura, sabores de alimentos, tudo padece de burlagem perceptual, tentando desesperadamente ocultar que uma renovação radical de tudo, por fim, é coisa do passado, e não passará a partir de agora de repetição viciosa, de mera "tradição do novo", como dizia Baudrillard.

Num horizonte superficial os elementos das séries de arranjo se apresentam em cada uma das variações combinatórias entre significantes como uma trama rigorosamente distinta de significações e estetos dados a impressões alienadas como (pseudo) ineditismo. Justamente aí, a forma fragmentária que dispõe conjuntos esparsos de significantes acomoda a percepção em não decompor essa unidade aparente. Essa decomposição requer uma demanda de tempo que já não se faz possível. A disjunção é tida como homogênea num nível, e só há transitoriedade entre pseudovariedades

dessa mesma disjunção supostamente homogênea - é o fruto malgrado dessa nova aparência da *alienação*, a velha e mesma alienação apresentada por Marx e depois Freud, seguido de Lacan.

A horizontalidade, do discurso ou da contemplação, amplia demasiado a perspectiva ao apresentar-se numa "conjuntura" indistinta a um só tempo. Conjuntura que já não é mais que uma disjunção numa acomodação unitária superficial. Esse nivelamento equivalente é o princípio da indistinção radical. Nada havendo de radicalmente distinto, a percepção diferenciante estagna-se à superfície e é nela que ocorre o paralogismo-estético. E o juízo que se faz dessa diferença é a visão geral que se faz de um todo. A fragmentação, contraditoriamente, fabricou a aparição unitária do *socius*, mas como fabricação social da aparência, *socius* como aparente unidade, fabricada fragmentariamente.

3.4 – Intensidades-difusas

O determinismo é a hipótese sobre a qual repousa a legitimação pelo desempenho: definindo-se este por uma relação *input/output*, deve-se supor que o sistema no qual faz entrar o input encontra-se num estado estável; ele obedece a uma "trajetória" regular através da qual pode-se estabelecer a função contínua e derivável que permitirá antecipar convenientemente o *output*. (LYOTARD: op.cit., p99).

A estética da vida contemporânea se apresenta a um só tempo como um divisor arbitrário e instrumento de unificação. Em se tratando da percepção genérica, à base da intuição kantiana, que se têm da conjuntura produtiva - circulação e exposição de informações e mercadorias, os objetos estão já postos como difusão, na bivalência que lhe confere o termo - difusão topológica e operatória. O círculo logístico de sua rota distributiva - produção-consumo-reciclagem - é a sucessão relativa no tempo que os unifica.

A abstração e a velocidade, possibilitadas pela redução dos imperativos de produção ao fluxo duplicador de informações, comprimem e compactam às emissões sinalépticas o binômio espaço-tempo, que passam a ser indiferentes entre si.

A relação social produtora e seu discurso decorrente como fator ideológico inevitável minimalizam as séries dos enunciados legitimadores a mecanismos funcionais input/output - representação operatória cibernética no campo lexical à conjunção semântica dos signos.

Valores como verdade e justiça tornam-se elididos como finalidade dos enunciados em favor da funcionalidade do discurso, reduz-se ao paralogismo.

O sentido suscitado acaba por coincidir na formação do discurso à própria profusão significante ou sintática que o engendra, a significação em vias de redução a sua base sensível, porém esvaziada de sentido - é a um só instante o enunciado uma confirmação prévia de si mesmo pelo paralogismo tornado axioma. Circula e confirma-se a si mesmo no ponto de partida - a *enunciação*. Daí proliferam-se amplas dimensões de enunciados incentivados à revelia do rigor analítico em nível de órbita de escoamento. A consequência reversa é a propulsão de produção indiscriminada de enunciados diversos, como espécie de populismo sapiente, pseudodemocratização do conhecimento. Nesse ponto coincidem-se e nivelam-se os sujeitos como pseudo-atividade da enunciação. Suspensão indiferente, na congruência do input e output do sistema lingüístico (linguagem também é sistema, talvez a base de todos), dos significados na enunciação, validado pela eclosão de sua intensidade no próprio movimento efêmero que lhe manifesta. Equivale-se nessa relação à economia libidinal do aparelho psíquico - acúmulo pulsativo de tensões geradas nas relações objetais. Talvez indistinta na origem, mas difratadas e bifurcadas quanto o potencial dispendioso de liberação: sublimação e sexuação. Dissolução gradativa e distributiva (esparsa) ou concentração investida e escoada numa destinação unitária e definida. A última relação, a da sexuação é mais compatível sistemicamente à noção de intensidade. Ambas o são, na verdade, ao desconsiderar-se o potencial significacional que se lhe suscita *a posteriori*. Entretanto, atualmente, o sublime

parece ter deixado de existir, e com isso a produção radical de sentido e a relação de emoção prerenne, ou vínculo de afetividade.

As intensidades estão intimamente ligadas à noção sistêmica que identifica o aparelho psíquico à metáfora cibernética, relação social constituindo-se como um campo de tensões entre sujeito e objeto, como acumulação e liberação de pulsões (e pulsações), de intensidades. Mas há uma terceira forma de relação social, como síntese estagnada das duas outras, qual denomino as intensidades-difusas: estas se constituem como um campo de tensão cumulativa, mas em que a liberação igualmente concentrada se reatualiza-se em funções desintegradas, em objetos diversos não relacionados entre si e sem transcendência, desencadeados, repetindo-se idêntica como função, alterando-se sempre enquanto percepção (Imaginário).

A função mediante a qual se procedem e se processam os fluxos das intensidades estende-se a uma sorte inumerável de relações sociais secundárias atualizando sempre a mesma lógica de formação (análogon). Entretanto, em sendo estacionário e instantâneo, a produção de sentido pelo discurso não se pode processar senão enquanto refluxo imaginário de sensações na expressão imediata de uma impressão.

Rompendo-se a seqüência dos eventos, no fio condutor cronológico, como uma cadeia elementar circunstancial, as experiências das intensidades se apresentam como relação imediata de cúmulo-liberação, input/output, ou experiência puramente sensória na relação imaginária com os objetos. Pois que temos, nessa formação análoga, intensidades-difusas frente às difrações objetivas como puros jogos estéticos não apenas sensíveis, mas eminentemente sensorialistas. Implicam-se e imbricam-se nessa relação alguns fatores, tais como velocidade, variedade, força. A contradição mais eminente é de que a própria concentração aí é propugnada na base pela fragmentação à qual retorna sob a forma de difusão nuclear, fechando-se deste modo em sua tautologia funcional elementar.

3.5 Efemeridade e momentum

"Para o espetáculo, imagem da [relação] dominante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo" (DEBORD: op.cit.).

Bauman pontua como fatores fundamentais da atualidade, denominada por ele de *modernidade-leve*, a mobilidade e a velocidade. A organização produtivo-societária, em sua fase globalizatória, tem no fluxo dos capitais transnacionais e das informações irradiadas sem impedimento seu sustentáculo estrutural. Esse é o momento culminante em que, como jamais antes, os ethos confluem como uma só instância a configurar-se como um sistema metafuncional.

O que está na base da produção reinante transborda a tudo aquilo que decorre dela, gerando uma unidade autônoma auto-suficiente. O determinado torna-se idêntico ao determinante. O geral e o particular, assim, já não se distinguem por uma diferença qualitativa evidente, mas por uma percepção dimensional da extensão.

Estilo de vida e produção para o lazer se hiperdeterminam, ambos orientados pela velocidade e necessidade contínua de deslocamento da vida atual. Tempo de compreensão efetiva, depuração e metodificação são escassas pela urgência compulsiva do mover-se.

Mediante os paradigmas do deslocamento no tempo e no espaço, e do achatamento do espaço em função do rompimento da barreira do tempo, os indivíduos tendem a estabelecer suas vidas sociais numa relação a-programática com o efêmero e com a irregularidade, dados que se refletem no teor dos laços sociais que constituem.

Ao ter o mundo a conquistar as dimensões de alcance, subjetivo, tornam-se problemáticas e o planejamento da vida se perde num horizonte infinito a ser "descoberto". Não apenas as práticas sociais modificam-

se com tais alterações de infraestrutura, mas todo conjunto de percepções a se acomodarem e se reificarem, e as decorrentes significações.

A lógica cultural passa também a se constituir conforme a identidade propelida àquela, sinalizando-se em suas vertentes especializadas e seus vetores ideológicos, como os mídias e suas segmentações. Ao modo da produção o consumo se opera! Com o espaço anulado e o tempo nas mãos têm-se a impressão de possibilidades realizáveis infinitas, cada instante um momento revelador em que "tudo pode acontecer", consequência eminente de percepção de potência em função da nova organização social, dominando cada vez mais suas principais categorias transcendentais, o espaço-tempo. "A instantaneidade (anulação da resistência do espaço e liquefação da materialidade dos objetos) faz com que cada momento pareça ter capacidade infinita; e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento - por mais breve e 'fugaz' que seja" (BAUMAN: 2001, p145).

Interessante é observar as articulações ideológicas que se processam com (juntamente) o novo *modus operandi*, sobretudo pelos mídias. Uma sorte de conteúdos explora as expectativas em função da ilusão de perspectivas ilimitadas. Meios e modos de comunicação emergentes como a internet corroboram essa ilusão. O acesso real aos espaços nobres possibilitado quer pela melhoria das condições de deslocamento físico ou o contato virtual que anula o espaço pelo tempo instantâneo da informação, tonifica imaginariamente aquela máxima do "tudo pode acontecer". A proximidade imagística do ídolo, o acesso contemplativo aos business, aos simulacros do valor etc. Muito parece confluir convergindo a uma "produção social da ilusão" (KNOOP: 2009). Como a duração de um filme ou de uma novela da indústria cultural, reforçados pelo jornal, em a cada instante *um segredo pode ser revelado, uma reviravolta pode ocorrer, a felicidade enfim pode acontecer*, a vida passa a ser cotidianamente encarada, como uma administração ideológica das expectativas operada gerencialmente pelas mídias e pelo show consumista (não tanto produtivista) - consumir é mesmo uma festa! Compõe-se assim uma relação estética totalitária, do *momentum* estribado pela efemeridade, da

revelação na expectativa pelo momento (tão promissor quanto indeterminado), da movimentação na compulsão pela busca. (O instantâneo imensurável se equivale ao infindável). Essa expectativa, contudo, não é procrastinadora, mas apoteótica. Cada mercadoria ou item de consumo cultural são degraus ascendentes à escalada da felicidade.

No consumo retorna o recalco de cada aspiração megalômano que fora engendrado pelo ideologismo publicista-culturalista, como difração dialética reserva-liberação. Esse consumo que se extingue imediatamente se malogra na ilusão funcional-imaginária como um investimento, preâmbulo fantasístico: *preparem-se, pois, o melhor ainda está por vir*.

A satisfação experimentada no consumo imediato se conluiu na orientação da indústria cultural com a expectativa das infinitas possibilidades que o futuro muito próximo insinua resguarda. Tem-se, pois, um *hedonismo da totalidade* (já não é idêntico ao *carpe diem*), que é o do agora e também o do futuro.

A ilusão que era exclusividade da religião, a de gerenciar a incerteza do futuro com o acalanto da eternidade divinal, que pressupunha uma abdicação parcial do presente, foi substituída por uma espetacular "ausência social da morte" (DEBORD: op.cit.) financiada por divertimentos infinitos e promessas de realização. Na incerteza do futuro projeta-se a apoteose carnavalesca, afinal, "pra a sorte todos são iguais".

4 – A IDEOLOGIA

Introdução

Um conceito leigo

Toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas), mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as

relações de produção e demais relações daí derivadas (...) uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material (ALTHUSSER: 1985, pp 88,89).

As noções surgidas da tentativa de delimitar e conceituar o fenômeno da Ideologia é tão problemático quanto o próprio reconhecimento do referido fenômeno. Mas pode-se dizer que o esforço efetivamente teórico se dá com Marx que, não obstante, inaugura oficialmente o conceito a guisa de uma teoria materialista - mas esse conceito preserva ainda aspectos das discussões idealístico-metafísicas alemã, de que podemos considerar egressa.

A partir do pressuposto marxista, com a mudança paradigmática própria do processo histórico, a noção tradicional de Ideologia de Marx se estilhaça - como numa relação dialética, algo se conserva, muito se transforma. Surgem muitas variações a respeito de Ideologia.

Marx a entendia (ideologia) como uma inversão da realidade operada pela falsa-consciência, alienada pelo processo produtivo mediante a divisão social do trabalho. Essa inversão, o vimos, ocorre na representação em função do jogo especular já presumindo a alienação originária (*outro de si mesmo, um estranho em si mesmo*).

O sujeito alienado é aquele que foi privado de parte de que lhe diz respeito, não tem acesso a algo que efetivamente lhe corresponde, noutros termos, isso pode ser tomado como o não-reconhecimento e veto a um aspecto de si mesmo, de seu trabalho ou de sua consciência.

Nega-se no objeto do trabalho ou na realidade histórica, outrossim, algo de que faz parte, ou que faça parte dele mesmo. Já não se reconhece a si mesmo em suas práticas sociais ou no produto de seu trabalho, de que é expropriado, este lhe aparece magicamente como uma *coisa* estranha, sinistra: essa parte de si mesmo, representada em sua produção ou prática se lhe apresenta, por assim dizer, *reificada*. Fala-se num sujeito que, seja qual for a razão, apresenta-se já a si mesmo como alienado, como faltoso, como não

tendo acesso a uma parte sua qual confere a um Outro. Um outro como, um Outro de si mesmo.

Aquela prefiguração (acima) é interessante por designar de saída duas orientações acerca de Ideologia, necessariamente vinculada ao Sujeito, indicada por Althusser: a orientação marxista, objetivista-materialista; a orientação psicanalítica, subjetivista e transcendental.

Althusser, ao que se mostra, opera na síntese conceitual entre essas duas vertentes complementares que apareciam elas mesmas alienadas - não há separação real do Sujeito e da realidade, mas resistência à significação ou à assimilação.

Althusser designa duas premissas em sua proposição:

1. A ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com sua realidade;
2. A ideologia tem existência material, isto é, prática;

É mister preconizar nessa conceituação que, coerente com a metáfora espacial, o circuito de ação sistemática da existência humana fundamenta-se numa espécie lei de eterno retorno: as representações advêm da realidade concreta, as ideias aquelas retornam por meio de práticas histórico-sociais.

A noção de Ideologia em Althusser, verdade é, confunde-se assim com o próprio Sujeito como é a "natureza" de sua existência. Sua noção é totalitária. Caberia perguntarmo-nos se seria válida uma noção desse alcance, que não pode ser falseada ou equivocada. Mas há um dado transcendente na noção althusseriana - a assunção de um Sujeito supremo que empreende a interpelação de todos os indivíduos enquanto sujeitos, generalizando sua existência - eis aí o elemento transcendental que comparece no macro-conceito de Althusser. Essa interpelação, bem como o conseqüente reconhecimento dos indivíduos interpelados como sujeitos se realiza em suas práticas sociais pelo *discurso*. Conserva-se aí a dialética hegeliana do reconhecimento intersubjetivo já como representação alienada do Outro como

seu momento diferente - eis a razão apriorística da inversão (ou deformidade) imaginária operada no campo das representações.

Na diferença com o Outro o indivíduo deve deduzir-se da realidade como algo que se falta a si mesmo, excêntrico de si mesmo. Sendo cada um alienado de si como componente real, necessita-se do testemunho e da fé enquanto tal nesse discurso a lhe apresentar e coincidir acerca de si e da realidade, como sua função negatriz. O dado que me falta da realidade é na mesma instância aquilo que falta em mim mesmo. Sendo uma alienação primariamente recíproca, a *Verdade* transcende como reconhecimento e concórdia sobre o real, negativo do negativo (a ambos). Esse reconhecimento de uma representação enunciada no discurso do Outro, para Althusser, é a *conditio sine qua non* de todo funcionamento ideológico, em seus fatores de reprodução e legitimação de práticas sociais históricas.

"A ideologia não tem história (...), a ideologia é eterna, como o inconsciente" (ibid., pp84, 85). É necessário distinguir na linguagem alguns indícios de uma ambivalência na ambigüidade posta termo a termo. Ao afirmar que a ideologia não tem história, Althusser não a desvincula das condições reais de sua suposta [re]produção. Ele a faz transcender, propela-a a sua assunção que a constitui como aquilo que pode ser: ideologia. A ideologia é contemporânea do Sujeito, extemporâneo de si mesmo, isto é, atemporal, "visto sermos desde já sujeitos" (op.cit.). Surge como a unidade difratada da autoconsciência nas infinitas diferenças que a compõem. Só o que ela não comporta – ideologia – é um puro negativo sem resistente à significação, o expele como prática puramente objetiva cuja negação é justamente sua representação subjetiva, daí que só pode comparecer como paradoxo: a ideologia nega intrinsecamente a realidade, mas a ideologia é real, isto é, só existe como realização nessa (dessa) negação. Essa negação é para Lacan, uma das matrizes teóricas e base epistemológica de Althusser, a falta de acesso, em última análise, ao Real, falta que todos reconhecem em si mesmos pelo Outro, no outro: a alienação é ao mesmo tempo a operação de uma "castração", um veto absoluto. Nessa dupla negação cada indivíduo reconhece-se a si mesmo enquanto sujeito na identificação desse apófase no

Outro. Assim também se representa nas práticas históricas como dialética, impossibilidade do dizer total e de apropriação absoluta da história, o que se reproduz são formas parciais que logram efetuar a totalização de suas práticas no discurso legítimo, reconhecimento da verdade, uma vez mais como alienação do contraditório contido termo a termo: negação e conservação sempre parciais, em decorrência, verdade relativa (falseável), logo, *Ideologia*: "representação das relações imaginárias dos indivíduos com suas condições reais de existência" (loc.cit.).

A base da ideologia emerge no terreno histórico como derivação da dialética subjetiva do jogo do reconhecimento. Passa à prática social como relação de convencimento e "poder" (relativos). Há disputa pelo controle das "forças produtivas": essa disputa é material e ideológica, justificando tanto sua conservação quanto sua transformação. O reconhecimento dessas posições como Verdade social na práxis histórica é a existência material da Ideologia. Cada qual, assim, representa da realidade dada cada aspecto comportável em seu campo de realização da prática histórica, infinitas diferenças a se identificar como cada conjunto, mas também subconjuntos acomodáveis a cada proposição. Trata-se de proposições, pois é pelo discurso que as representações imaginárias da práxis real tornam-se sentenças verdadeiras. É também por aí que se terão as decisões sobre as condições (dadas) reais de existência, permanência ou mudança, como e quando: seus efeitos são práticos, sua relação é ao mesmo tempo uma prática, pela prática e para a prática - convencimento da verdade, reconhecimento - *sistema de representações capaz de determinar condutas sociais* (FONSECA: 2004), manter ou modificar um conjunto de práticas e/ou relações sociais de produção. Aqui passamos dos fundamentos sistêmicos da Ideologia para seu *conceito* (geral>particular) efetivamente histórico, que é ao mesmo instante sua existência - as relações determinadas de sua operação, de seu funcionamento na vida das sociedades (dialeticamente).

4.1 - a impessoalidade como mito de imparcialidade

Toda orientação discursiva que se orienta a um enunciado isento se institui sob a premissa da estrita objetividade: reduzir uma demonstração ao grau fundamental de sua operatória, fazer com que o emprego lexical na linguagem expositiva tenha correspondência fidedigna à própria relação funcional que se apresenta na compreensão lograda do objeto de análise. Entretanto esbarra-se numa sorte de problemas ao pretender-se essa asepsia semântica da linguagem: essa linguagem tem na relação lexical uma implicação paradigmática que é ideológica, marca de posições sociais subjetivas e de fundamentação *a posteriori* de um dito campo de saber. O saber reduzido à sua performatividade geral se expressa em cada caso como uma vertente lexical própria que denota nessa interrelação o alcance semântico que na distinção lingüística engendrada opera ao mesmo tempo seu significado para além de funcional. E nessa marcação que se opera pela seleção de linguagem se estabelece os domínios ideológicos do saber extrapolando os liames do ponto de apoio da análise da relação em função estrita do objeto. O juízo a partir de então emancipa-se como uma mensagem cuja sintaxe e léxico em seus empregos peculiares trarão as chancelas de seu circuito de significação, seu modo próprio de dizer a que se presta. Modos diferentes de dizer a mesma coisa são do mesmo modo maneiras de dizer sobre as diferenças do mesmo. Outro fator preponderante é de que o ponto de apoio do sentido na percepção compromete-se em diversas instancias com a hiperdeterminação a que se subordina a linguagem no campo da fala à função relacional entre Sujeito e objeto, sobredeterminação que comparece na paradigmátologia da linguagem cujo fluxo de sentido reverte-se, ora denota, ora pode indicar conotação conforme o arranjo e as condições relativas e variáveis de recepção para quem a significação sempre se dá em função de uma partição de *código*. Uma vez que pela linguagem se opera ao mesmo tempo a transmissão e a validação dos juízos, os problemas polissêmicos inerentes ao campo lexical difratam a sentença nos desvios

dissolutos da imprecisão de que padece a linguagem (as relações intersubjetivas). A linguagem compromete-se do Sujeito, a demonstração fica assim sujeita ao vínculo entre percepções primárias que tem na linguagem um fluxo circulatório contínuo: nenhuma demonstração é em suma plenamente objetiva, se a relação comporta o Sujeito cuja internalidade radical do perceber é insondável (o que não chega a implicar enclave). Uma questão ainda importante é que, em sendo a delimitação lexical um fator de marcação de posição social, seu caráter identificatório opera também um compartilhamento relativo de significação e valor das posições representadas implicitamente na linguagem que se expõe - o que implica também no assentimento social do valor demonstrativo presumido da sentença, escamoteável ou entronizável pela seleção terminológica do enunciado (se e diz "fetichismo", logo, ele é marxista, para bem ou para mal!), que pode significar dizer que se estabelece uma elíptica relação de reversão adjetiva no emprego dos termos, mas cuja forma permanece impessoal.

Todas as fórmulas enunciativas de assepsia da linguagem e seu tratamento acarretam ao mesmo tempo um desvio da sentença atestada, uma vez admitindo-se que é pelo enunciado que a realidade significa, na exposição do jogo lógico que por ela se opera na percepção da objeção demonstrada. Essa asserção que tem na própria cumplicidade relacional sujeito/objeto sua função organizativa é aquilo que ao mesmo tempo faz a relação insistir como verdadeira à percepção ambivalente do próprio Sujeito. É pela linguagem que o sentido advém, é por ela que os nexos perceptuais tornam-se uma realidade efetivamente estável, e é de um modo particular que se diz como verdade aos demais, também por essa peculiaridade se qualifica. Nessa relação em que a qualificação tem assunção inelutável nas diversas formas de significação que o próprio emprego lexical implica, temos uma operação ideológica inevitável no limiar do discurso para além dele.

Como já vimos, o discurso dito científico, e à reboque o jornalístico, logram constituir-se como enunciado constatativo, puramente objetivo. O emprego da linguagem implica uma seleção lexical, mas também uma forma determinada que limite a fundamentação do relato de modo que o caráter

implicativo do sujeito não lhe compareça evidente. O discurso objetivo, por assim dizer, lança o enunciado num infinitivo despersonalizado qual a abrangência lhe defira formalmente seu caráter universalista. Na mesma medida em que o sujeito da enunciado é elidido, o verbo segue ao infinitivo.

O relato jornalístico apresenta-se já sob o modo impessoal de uma narrativa de simulacros. Tendo o interlocutor papel expositivamente provisório e duplicador, a mensagem circula como um sistema autônomo de representações capaz de autoapresentar-se à forma perceptualmente objetiva pela elisão quase integral do narrador. Ocorre, no entanto, que em diversas combinações seus elementos estéticos e de campo lexical funcionam num regime de signos de distinção quanto da formação topológica desse discurso: finalidades estéticas e semânticas se implicam numa orientação social das posições numa disputa de prestígio e idoneidade no valor de verdade dos enunciados. Reafirma um sintoma histórico, um imaginário hiperdeterminado à base paradigmática de que o sujeito não pode livrar-se - assim, não expressar emoção no relato de um crime atroz e/ou uma situação catastrófica torna-se ao mesmo tempo uma rejeição ao sofrimento humano, digna de um tirano! Ora, até o discurso pretensamente objetivista choca-se no paradoxo de ter a putação de sua *neutralidade* subvalorada e ao mesmo tempo requisitada a dar a legitimidade isenta a esse relato por veraz. O campo lexical designa também uma escolha inevitável de identificação e classificação. Na especulação terminológica empregada joga-se subterraneamente com a ideologia, assunção dos signos da distinção dos indivíduos que reassume-se reificadamente na linguagem que utilizam. Usar termos marxistas, por exemplo, ou criticar o livre-mercado, significa, imediatamente, alinhar-se aos "comunistas" - mesmo o uso mais impessoal e isento de linguagem aprisiona-se às redes de um imaginário histórico que se não o motiva lhe contrainfluência. É mister admitir-se que o sentido não se esgota nos termos de sua enunciação, mas é sobretudo relacional e difracionário.

A possibilidade polissêmica assombra como um fantasma que nunca poderá de todo banir-se. Dá-se em função de posições sígnicas na determinação significativa, não apenas de contexto. Suas atribuições

posteriores refluem sobre seu movimento de contraposição de outros significantes, e o sentido torna-se elástico. O passado inacessível de qualquer premissa é sempre o *Significante*, nosso mito na linguagem! É ao mesmo tempo contra ele que se empreende o sentido! O deslocamento dos significantes, igualmente, funciona à razão da excepção no enunciado. Uma permuta das mais simples gera um campo de privilegiamento de termos.

Ora o mesmo movimento de privilégio que abdica termos na seleção lexical é na mesma instancia a determinação dos nexos opositivos de séries sígnicas á significação operada na relação com o sujeito. É, portanto, um duplo movimento. O campo lexical é subordinado e ao mesmo tempo uma operação que orienta a compreensão do discurso mediante o repertório do sujeito, partição distinta de um código geral. E é no movimento interno do repertório variante que a significação de fato opera! É aí também que ela (significação) se distingue da letra pura como mero significante manifesto. Jamais se compartilha uma cotação rigorosa de sentido. O sentido tem apoio identificatório no significante, mas o significante sozinho não faz significação.

Distingue-se na rede vasta de oposições, ao mesmo tempo uma parcela desviante resistente à significação estática e designador na linguagem da diferença intersubjetiva. O enunciado como performance objetivista recai no problema do repertório como signo da singularidade contida no sujeito. Seu sintoma aí fala como resistência de identificação plena no sentido manifesto. Desafio ao sentido sem réplica no jogo na linguagem. Sua apreensão do referente é da mesma ordem dialética que o institui como sujeito no reconhecimento subjetivo como diferenças particulares percebidas.

A denotação resiste como a significação à barra de clivagem, como resiste o real. O significado para o sujeito é parcialmente uma referencia de seu próprio repertório e de seu próprio sintoma, como de seu imaginário modular. Mesmo a mais empírica demonstração não está livre desse problema: ela nada demonstra sem sua forma de expressão/apreensão na linguagem que a torna lógica e a faz dotada de sentido conforme outros - e de sentido em sentido vai-se à significação, aí mesmo o sentido torna-se ambivalente, podendo aqui mesmo conotar! (e conota, simultaneamente!). O Sujeito hiperdeterminado

sobredetermina o discurso pelo qual expressa suas representações basais, já comprometidas como vínculos de oposições/comparações comprometidos de seu sintoma. Ele comparece mediante os mecanismos metonímicos identificados no discurso, no caso do jornal, como deslocamento de primeira para terceira pessoa no relato, mas a rigor conforme a forma narrativa estabelecida, tendo como ponto de apoio a generalização de uma percepção que insta como geral e particular e é relacional à [re]construção imaginária da realidade suposta pelo (para) o Sujeito.

Os privilégios involuntários do discurso (para bem e para mal) designam a eletividade hiperdeterminada de sua percepção e intuição (na mais Kantiana asserção), até como antecipação de um juízo indicado no curso das séries de que se compõe seu relato e que permanece como fator alienado desse sujeito da fala. Em seu imaginário historicizado, os padrões modulares de expressão são a base nutriente que lhe inclinam pôr de uma complexidade certos termos proeminentes em questão: fatores de propulsão de *significantes vetores* - aqueles que orientam os fluxos e nexos das séries significantes mnêmicos (jogo metafórico-metonímico) - podem permanecer desconhecidos ao sujeito do enunciado se não se lhe houver o contraponto da *denúncia* (sentido lacaniano), ainda assim sempre seu suposto saber será *a posteriori* para ele (isso sem ter de dizer detidamente dos compromissos circunstâncias da corporação "Jornal", interesses de categoria etc.).

4.2 – A hiperdeterminação-mercado

Um dos principais fundamentos das sociedades ditas capitalistas modernas é a liberdade dos fluxos de capitais e a relativa autorregulação econômica por uma razão entre oferta e demanda, contemporânea (essa razão) à autonomização autorregulatória da produção. A economia, na medida em submete como determinação infraestrutural toda vida social, aponta

conseqüentemente os modos, que são reflexivos de se relacionar e especular para com ela.

A economia move-se por si mesma do mesmo modo que a produção atual torna-se a dupla face de um sistema expansivo e, determinístico e tautológico. A partir do mecanismo econômico, para o qual a o modus operandi da regulação do mercado é o fator de determinação, as atividades de produção em suas particularidades constituem formação rizomática numa correspondência subordinada em última análise à lei autônoma basilar.

Duas leis econômicas merecem menção direta como os fundamentos dessa concepção de sistema autômato: a lei da oferta e procura de Smith (já mencionada), e a lei do menor esforço de Davi Ricardo. A orientação mercadológica contemporânea torna-se uma evidencia consolidada ao mesmo instante em que é ela mesma correspondente a redução da produção ao supérfluo como equivalência das qualidades ao valor geral no intercambio totalizador. Não havendo valor necessário os vetores contrapostos como "forças naturais", a saber, a dicotomia oferta-demanda, torna-se num ponto comum como capital, a medida de todas as coisas, escala cumulativa do valor. É a partir daí que uma rede complexa de "mutualismos" e interdependências se amplia como setorização de produção e circulação de bens no consumo.

O capital volátil a que Bauman tanto se refere é tão originalmente indeterminado quanto à noção de libido, cuja positividade só se mostra como recurso já investido, a pulsão é simplesmente o modus operandi autorregulador da economia, seu jogo entrópico-omeostático. O capital é uma enorme positividade porque não se restringe a nenhum fator original de especificação, e a unificação dos mercados livres aos fluxos migratórios do capital conferem-lha um caráter de superinvestimento mundial, torna-se, outrossim, uma ideologia universal, uma segunda necessidade da humanidade como sua representação de elisão da própria necessidade comum.

A economia evolui ao ponto de tornar-se idêntica ao mecanismo humano que lhe descobre indispensável: a economia psíquica analogamente à autorregulação da economia, e nesse movimento tudo que se lhe decorre

encontra-se hiperdeterminado. Sua expansão é como metonímia. Assim, cada setor deve, e não tem como ser diferente, operar em função estrita do objetivo sistemático que, em última análise, tem numa dicotomia uma relação biunívoca: *manutenção das condições de reprodução, o que lhe obriga a reproduzir as condições de sua produção* (ALTHUSSER: op.cit.) - a economia tornou-se idêntica ao princípio da vida, é aí que a tudo pode determinar sem restrição e sem que pareça incoerente. Também assim o mercado da cultura volatiza-se como profusão da indústria cultural, amplia-se que reprodução inadvertida da abstração geral reduzida ao valor pela demanda: se não pode gerar lucro-direto a si mesma, deverá gerar a alguém! Essa relação tão "contiguamente" distanciada é que torna difícil a compreensão do lucro sempre em última análise sem desgasta-se em mero clichê "bolchevista". Manter um artista de mídia ou apresentador no ar por muito tempo com baixa audiência pode acarretar um enorme prejuízo direto! Mas todo esse prejuízo está no cálculo orçamentário que financia a ideologia da indústria cultural de que depende o mercado! Enriquecer um "vagabundo" (hippies do rock, boêmios da bossa-nova etc.) nunca foi tão lucrativo como na atualidade! Todas as atividades produtivas acabam por ter nas forças do mercado seu ponto de determinação, como sua ética e sua ideologia de base:

A ruptura dos vínculos de dependência em relação a um patrão ou um mecenas e, de um modo geral, às encomendas diretas - processo correlato ao desenvolvimento de um mercado impessoal e à aparição de um público numeroso de compradores anônimos de ingressos de teatro ou de concerto, de livros ou quadros -, propicia ao escritor e ao artista uma liberdade que logo se lhes revela formal, sendo apenas a condição de sua submissão às leis do mercado de bens simbólicos, vale dizer, a uma demanda que, feita sempre com atraso em relação à oferta, surge através dos índices de venda e das pressões explícitas ou difusas, dos detentores dos instrumentos de difusão, editores, diretores de teatro, *marchands* e quadros (BOURDIEU: 2007, pp 109 e 110).

Do jornal de TV como dádiva ao público, ao peixe da feira, nada escapa os desígnios dessa rede complexa e suas leis de autorregulação, ainda que as relações se apareçam a seu modo reificadas. Daí podemos deduzir a partir de índices formais os fatores mais preponderantes das direções mercadológicas na constituição do *discursus* apresentado, suas posições em função da regulação de que sofre sobredeterminação.

A publicidade nos oferece as melhores mostras a empreendermos a dedução da orientação econômico-ideológica em função do fluxo do mercado, mas isso deverá ser lido lado a lado principalmente com a *notícia* (que "é o álibi da ideologia": [Marcelo Henrique de Souza, Ucam 2004. Campus Tijuca. Rio de Janeiro, RJ]), e com a indústria do entretenimento. Todas as disparidades comportam-se complementarmente e *com a maior coerência consigo mesma, em cada particular e de todos os elementos entre si* (Adorno: op. cit.), num sistema suficientemente coeso. Seus anúncios são a reza forte do mercado, o consumo decorrente seu amém. Impostos e "filantropias" (prestação de serviço) lhe são apenas indulgências.

Bourdieu distingue o campo da produção simbólica contemporânea em duas instancias: a dos produtos dirigidos aos consumidores estritos (indústria cultural) e a das produções destinadas aos produtores - este se trata do campo de produção erudita. Há para Bourdieu uma relação hierárquica na estrutura da produção cultural que se reconhece em seu próprio campo e para além dele. Cabe à produção erudita uma dupla função social: servir de consumo à apreciação qualificada de consumidores-críticos instados em mesmo nível hierárquico e distinguir-se da *indústria cultural* subordinando sua produção a seu juízo que lhe confira legitimidade simbólica como valor. O juízo erudito entenda-se, verte o juízo da qualidade e da significação em valor, indicado pela própria disposição hierárquica. Mas a versatilidade da indústria cultural mostra-se como capacidade abrangente de absorção e replicação: contém ela mesma sua formação símile à hierarquia social que lhe confira valoração, passa então a conferir juízo sobre si mesma com uma aparente imparcialidade de distinção funcional - o erudito para o entretenimento é o Jornal. Toda orientação de seu discurso logra um retorno à ideologia que lhe financia as bases. É na função

sistemática do jornal que a ideologia de legitimação recorre como discurso de subordinação simbólica, ele mesmo simbólica e formalmente subordinado em sua inserção original. Perguntas dirigidas que simulam uma resposta em que a margem de desvio limita-se pela restrição de tempo e contexto. O erudito independente comparece ali com fundamento legitimador, mas sua função é formal e estritamente suplementar. Sua presença já bastaria. Toda divergência naquele espaço apresentada mostra-se tão esquemática quanto a produção da indústria. A aparência de distinção comparece de dois modos: como distanciamento tópico e como simulação de referencia. Serve a indústria cultural tão somente para apontar quais apropriações reducionistas mais se aproximam da erudição. Não há oposição radical, mas complementação. Mas já não se trata de apropriação do essencial e sim do residual. Resíduos recompostos que façam mera alusão à criação de gênio ou reminiscência de vanguarda. "O valor de uso da arte, seu ser, é considerado como um fetiche, e o fetiche, a avaliação social que é erroneamente entendida como hierarquia das obras de arte - torna-se seu único valor de uso, a única qualidade de que desfrutam. É assim que o caráter mercantil da arte se desfaz ao realizar-se completamente" (ADORNO: op.cit., p131). Passa-se de tal modo a exata coerência da indústria cultural em suas vertentes com a hiperdeterminação do mercado em sua ambivalência, a realização de toda produção no valor e a simulação tardia de uma necessidade minimamente conservada e reservada ao consumo, a uma eterna consumação sem reservas.

4.3 – brasilidade e o ideologismo do emocionalismo

A relação midialógica se dá em suma num analogon da estrutura formal do Imaginário e seus mecanismos. Fundamenta-se estritamente nas dicotomias e difrações subjetivas daquele enquanto tal. Geral e particular explorados sob o discurso financiado pela ideologia de base, de tal modo que em seu pormenor a ideologia sustentadora deve mostrar-se coerente com o

particular em sua negação parcimoniosa como aparente negação do mesmo. Confere seu discurso uma dupla relação identificatória, conciliação das vertentes ao projeto original generalizado de sua ideologia. O particular compromete-se remissivamente ao geral. Mas no caso particular e preliminar da cultura brasileira, essa cumplicidade encontra sua forma excelente, o que se pode notar sem perscrutar ou expor as contribuições midiáticas à formação do *modus vivendi* nacional.

As fundamentações mais eminentes da mensagem midiática, dedutível das construções formais de seu discurso, enquanto tal, salientam caracteres indispensáveis ao alcance do enunciado e ao fim a que se propõe. Múltiplas variáveis vertiginosamente voláteis designam a fidúcia de um registro estético como um imperativo funcional: sensibilização e emoção a todo custo, como referencia maior da arregimentação como sua *conditio sine qua non* dado como fator consensual, as nuances comportamentais brasileira sustentam-se como hipervalor da emoção, o que se reflete ideologicamente como prática social na escolha dos comportamentos adotados, os emblemas culturais "apologísticos", do carnaval às festas caipiras. Sem adentrar o problema da causalidade, dado como obviamente notável, o registro ideológico tem uma identificação simétrica com a *ideologia operandi* da mídia, como cumplicidade igualmente ideológica de forma correspondente a conteúdo.

O sensacionalismo não é mais que a forma degenerada da emoção enfadonha a que se dispõe toda mensagem como interpelação emblemática do sentimento a que, doravante, se é coagido a participar. Funcionalmente, diversidade identitária e multiformalidade variável da mídia encontram um estádio especular tão perfeitamente narcisificado. A formação de autoimagem desce ao ponto denso os sentidos por uma arquetipificação forjada no discurso a encontrar um respaldo corroborativo nas propriedades eminentes das expressões mais banalizadas ao dito do reconhecimento geral como um significante original (sê-lo) da cultura nacional. Aprofunda o subsolo da consciência como apogeu carnavalesco cujo apelo é fazer os nervos falarem estimulados pelas nuances de sua composição estética, nudez discursiva que implica numa artistificação do *ethos* termo a termo com a *techné* lançada no

enunciado da mídia-especular. Sua "tendência a fazer ver" (DEBORD: op.cit.) é na mesma medida culto da forma pela simples forma e transformação dos homens em artistas da aparição. Incentivo operacional à manipulação coletiva pela emoção, fazendo-se da vida social um Estado de espírito - como na mídia, culto pedagógico do sentimento.

Todos tornamo-nos sensuais. E temos obrigação de sê-lo. Práxis social das seduções generalizadas, publicitários da cultura num merchandise sempre atualizado da brasilidade. A fixidez dessa imagem de si refletida tornara-se comedidamente a estagnação de si mesmo, isto é, sua unidade egóica, como apenas essa imagem. Tipo imagético que se hipostasia como correspondência do narciso signficante, e a assunção jubilatória que é ao mesmo tempo o próprio significado de sua identidade pelo júbilo. De tal modo o é em cada aspecto da indústria cultural em sua forma geral, o é também na resposta de reconhecimento implicada no modo de retratamento das manifestações coletivas de autoexultância: futebol, carnaval, política, em tudo a linguagem que abole o verbo comunica pela sensibilidade um solidariedade presunçosa e não contestada como joguete de sedução como golpe de impulso das peripécias de performance cultural. Performance da estesia do movimento e das ofertas oportunas do divertimento coincidente a seu estado de espírito puramente carnal.

As duas mensagens, midiática e cultural, se fundem como redução ideológica das proposições numa fusão do imaginário com a carne, do Imaginário como apenas carne (corpo, sensação, emoção). Declivam-se, assim, no mesmo ponto fundamentalmente cru como aporte definitivo da mensagem pela identificação emblemática cuja hiperdeterminação lhe torna uma se apresenta como indeterminismo tão absurdo que permite comporta toda identificação e projeção: um sentimento não se mede para saber se é igual, idênticas são suas expressões radicais, e é com estas que se joga para se faze presumir o que, em última análise, não é possível saber determinadamente - somos todos sentimentais, somos todos "brasileiros".

4.4 – Ideologia e sobredeterminação pautada

A existência das idéias de sua crença é material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, regulados por rituais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito (ALTHUSSER: op.cit., p92).

Althusser confere à ideologia, embora centrada no sujeito como relação especular difratada e duplicada, uma base eminentemente material, uma determinação objetiva que compromete as formações da subjetividade aos modos elementares de produção social. As idéias suscitadas na referência da abrangência material dos modos de produção implicam práticas conformes manifestas e comprometidas simultaneamente com as formações da base produtiva que como sistema logra reproduzir as condições de sua produção. Como toda formação ideológica, o discurso de mídia, para continuar produzindo e se reproduzir precisa reproduzir as condições de sua produção.

À base de toda relação social estão os modos de produção, isto é, manutenção e reprodução do socius. Toda regulação político-jurídica incide em última análise no controle de tais funções, as relações de produção. Acompanhando as modificações dos sistemas de produção em sua evolução sistêmica, as práticas moldam-se pouco a pouco a essas alterações e como decorrência dessas práticas assume-se um discurso conformador que concilie a legitimidade das práticas à determinação da base. Quando a circulação econômica sem barreiras estabeleceu a dominância do ideologismo do mercado uma série de práticas e habitus reajustaram-se, e com eles uma modificação da forma de se perceber e pensar o mundo, comportando também sua resistência direcionada.

O mundo tornara-se volátil e instantâneo, maleável, o mercado emergiu como força entificada do valor puro e os projetos de vida passaram-se a pautar

em função deste: desígnios de produção, a produção perde-se de finalidade ao tornar-se um fim e a mesma, já que grande parte do tempo útil define-se para o aperfeiçoamento incessante das condições de produção, e isso acarreta eterna qualificação da mão-de-obra.

O remanejo dessas condições que se refletem nas práticas, comparecem no discurso do indivíduo mediante as posições e funções nos mecanismos do sistema de produção que ele ocupa: ele se reconhece a si mesmo como parte natural desse processo, aí mesmo, ele já não reconhece esse sistema como algo diferente e incorporado às suas práticas de sujeito a um modo determinado.

Ao sujeitar-se à ideologia pelas práticas sociais específicas sujeitou também no imaginário sua forma particular de apropriação de posição nesse sistema como incorporação de práticas e ritos de reconhecimento, de tal modo que pelo habitus tornam-se ambos uma e a mesma coisa: sujeito-sujeitado, práticas naturalizadas, idéias representando a validade real dessas práticas e dessas condições - a ideologia operando em todo código institucional como sua própria língua, segunda natureza manifesta em discurso.

Códigos assimiláveis como atempórios pelas práticas instituem legitimidade reatualizada pelo discurso assumido em função dos mecanismos do sistema de produção no reconhecimento mecânico da necessidade legítima da manutenção de sua função: como práticas ao mesmo tempo necessárias e naturais, isto é, reificadas. Seu discurso e seu código, em última análise, legitimam apenas o modo como já procede. *Reafirma a escolha já feita na origem da produção* (do mesmo modo que fritar um carré em vez de frango é ao mesmo tempo já escolher comer carré, e vice-versa). O discurso compromete-se da prática de que decorre e para qual concorre. É nesse ponto problemático que a ideologia determinada pelos mecanismos de produção dominante incide em toda formação discursiva, sobretudo dos mídias de diversas formas:

1. Sobredetermina uma formação particular de produção subordinada ao modo dominante de produção do *socius* (sua orientação essencial);

2. O indivíduo sujeitado previamente à ideologia dominante a reproduz em sua posição particular de agente produtivo no trabalho, reproduzindo em discursos e práticas inferiores as formações sistemáticas da orientação geral da ideologia dominante que os comportados.

O indivíduo que formou seu imaginário histórico mediante uma formação determinada de *socius* que manifesta uma ideologia peculiarmente configurada configurou segundo esta suas práticas gerais e particulares como manifestação sintomática autorizada ao reconhecimento geral, reproduzir tais práticas, gestos e falas é ao mesmo tempo funcionar naturalmente dentro dessa ideologia como se nela não estivesse, entende-se, como se não a houvesse. É deste modo também que o modo como o sujeito arregimentado ocupa sua posição particular de agente produtivo o torna sujeitado-comprometido por definição às práticas ideológicas cuja cooptação sinaliza a primeira instância - reconhecer determinado funcionamento e nele atuar, inserir-se.

Parte do código institucional do *socius* comporta um sintoma particular de indivíduo, esse indivíduo de sujeita (torna-se sujeito) ao generalizar seu sintoma particular no código institucional ao qual se sujeita. Nesse sujeitar retorna ao funcionamento ideológico dentro de uma esfera inferior, contida - retoma a ideologia dominante dentro das práticas de trabalho e dentro dos discursos ali atinentes. Indivíduos e empresas reproduzem em pormenores a orientação geral da ideologia dominante cumpliciados numa prática comum e num discurso coletivo e operacional os mecanismos determinantes da base produtiva, comprometendo-se a singularidade ao funcionamento geral da hiperestrutura societária. Assim o jornal pode ter às vezes de "falar mal" do mercado para obter audiência e agradar o público, mas ao pretender agradar e obter tal audiência comprometeu-se completamente com todas as hiperperformances do mercado, o que mostra que está funcionando a guisa de

sua ideologia (goste ou não). Ao alcançar essa audiência, seu discurso perde a função de oposição, adquire o caráter de performance-funcional: qualquer recurso pelo lucro - justo esse é um dos pontos basilares da ideologia de mercado, uma performance do valor em última instância.

Cada setor assim, da indústria cultural, e seus micro sistemas, como é o caso do jornal, mantém uma coerência sincrônica cuja versatilidade se apresenta como autonomia relativa das partes em função do todo, como células de um organismo: cada segmento ou editoria sustenta sua vertente ideológica como um discurso independente, e do mesmo modo funciona numa cumplicidade mecânica em relação ao todo cuja "ortoideologia" sustenta: é possível verificar seu dinamismo sistêmico no movimento que nos permite a indução à sua formação geral e a dedução de suas operações modais.

Dizer que sua mensagem é mercadoria é agora redundante, é preciso enfatizar que sua força propulsora é da ordem da pulsão de que toda economia é decorrência identitária. É valor, a imagem-mercadoria é seu produto-curinga. Economia de imagens como momento do imaginário econômico, performance funcional sem finalidade no que não se define *a priori* - a produção de simulacros tornara-se tão idêntica a estrutura do sujeito em sua operatória que pode vir a tornar-se o autômato de Baudrillard. Mas isso é apenas a forma acabada de um processo cujas bases já estão dadas.

A economia funciona como um organismo vivo - o nosso. Seus princípios funcionais são análogos aos mecanismos de nossa *psyché*. O diferencial da linguagem já não pode livrar-se das amarras da determinação "sintática" identificada à ideologia que por sua vez parece nada mais ocultar ou revelar - *a Ideologia é a própria estrutura* do mundo que não pode ser mudada, pois é espelho fiel de Narciso.

A estrutura é a lógica do espelho: ponto inelutável e irretornável de articulação, código do Sujeito e da Ideologia tornada materialmente abstrata. Supera sua ambivalência com sua própria ambivalência em nuances alternativas - idéias, práticas, força. A ideologia vai pouco a pouco transmutando-se em simulação e a vida social em hiperrealidade. Ainda resta

lembrar um extremo da diferença nos vocábulos, o singular de cada sujeito na dedução pelo discurso antes que sua hiperdeterminação torne-se lá e cá hiperperformance, e nós o mero significante sê-lo. Talvez se venha louvar ainda o reconhecimento da sobredeterminação no discurso, antes que ela mesma vire pauta sobredeterminada, hiperfuncionalizada.

4.5 – O chauvinismo epidérmico

.....

Um dos fatores mais proeminentes, e porque não dizer, paradigmas operacionais que balizam a mensagem midiática televisiva, em todos os seus segmentos, mas, sobretudo no jornalismo, é a estesia. A construção figurativa das representações, e sua propelida inclinação às *funções Imaginárias*. Traços culturais identitários, conquanto ideológicos, se alicerçam eminentemente numa reconstrução imaginária cujos símbolos relacionais transcendem a uma identificação intersubjetiva comum: O Sujeito Absoluto da Ideologia como imago recompõe-se na tradução proeminente nos elementos significantes de uma formação social coletiva – o que daí decore é um discurso apoiado em percepções, impressões e estesias que tem por princípio o reconhecimento mútuo e recíproco desses a partir de tais elementos, muito conforme as relações da *doutrina transcendental dos elementos* de Kant.

Temos, pois, um ponto de suporte fundamental que constitui uma relação imaginariamente sensível. Não se trata da sensibilidade corpórea estrita do *para-si* de Hegel, mas trata-se dessa sensibilidade já mediada por um elemento simbólico na trama imaginária, estético e significante, como um *sê-lo* cultural. Esse reconhecimento se dá num significante que presume todo um discurso abrangente e complexo que aliena o indivíduo e o faz projetar inadvertidamente nas relações sociais sua própria partição do código cultural como duplicação em saber suposto de sua alteridade. São esses apoios significantes ou de signos-vazios (retoma-se essa questão) a presunção que rende toda uma identificação coletiva ao manejo ideológico de práticas

específicas pelo discurso – a institucionalidade da cultura, e do habitus, torna-se assim jogo de condução política. Reversível pela barra de difração do signo, os elementos dados da cultura e da identificação ideológica como construção, por exemplo, de imagem pátria, não obstante atuam no sentido inverso – passam de determinado por esses elementos a seus determinantes modais.

Apoiado neles se constrói uma série metonímica bífida à qual outros termos se acumulam em seus sintagmas. O entretenimento e o jornal sempre se valeram dessas construções para ofertar um discurso desdobrado de autoimagem nacional a partir desses elementos centrais esvaziados: a emoção como reflexo especular de um povo é ao mesmo tempo idêntico ao parâmetro balizador do discurso midiático; a sensualidade que se soma à nudez da geografia como contigüidade naturalista; à vontade antes da análise racional das possibilidades e do ético; o sentir acima de tudo mais – e tudo isso sustentado por uma noção até verdadeira do espontaneísmo habitual dado à simplicidade dos costumes de um povo.

A emoção entra em cena no jornal. Mais do que informar ele logra participar complicitar, parceirizar o tônus ideológico da circunstancia pela sensibilidade da exposição, que é mormente estética. Pouco a pouco, em complementaridade com a publicidade e propaganda, se evidencia a tendência comprometida de se corroborar os padrões de imagem cultural como o do transbordar farto das emoções sinceras. Da tragédia o fundamental é o pranto, como do gol é o grito. Na novela o romance cujo desfecho é a pornografia dissimulada. Da violência mostram-se até as plaquetas! A precipitação vai-se consolidando conjugadamente à espontaneidade obscura como a virtude característica mais natural da nação, traço coletivo de personalidade, para não dizer de caráter. Ego ideal cuja imagem é uma sentença ideológica com força de coerção simbólica, a espontaneidade que é sensível incorpora-se naturalmente ao habitus como doxa transcendental – sua complexidade é limada ao ponto de transformar-se numa prática tradicional por reificação, sua legitimidade é alçada num provérbio qualquer extraído de um slogan esquecido: *sou guerreiro, sou brasileiro!* Traveste-se de tal retórica como num transplante de pele, assume-se da *doxa* essa verdade tão sensível a todos,

sensível demasiado para se questionar sua profusão legítima. Cultura de *nervos expostos* (Sady Bianchin). Flor-de-pele regada ao sangue das *carnes trêmulas* (Almodóvar).

A Razão até chega a tornar-se uma ofensa em função da arbitrariedade da sentença estética que faz da emotividade o patrimônio ambivalente de uma nação. Seja no cálculo da linguagem ou *tempo lógico* da compreensão, toda forma de retração metódica ou repressão planejada se faz um crime ideológico de “lesa-espontaneidade”. Isso é notório em todo conteúdo de mídia e da indústria cultural na forma de seu discurso: das manchetes aos refrãos de três sílabas, passando pelas vinhetas e rimas de estádio de futebol. *E nenhuma vestimenta será tolerada!* Ao mesmo tempo em que se defende discursivamente formações culturais diversificadas, todas elas são coagidas a se reduzir a uma identificação determinada comum – a emoção. Austeridade e ascetismo são já méritos desviantes que soam como imorais, maquiavelismo, obscurantismo ou “cinismo”.

Rejeita-se tudo aquilo que não salta de pronto ao teste epidérmico, como algo que logra um desvelamento demasiado perigoso a tradição prática da sociedade, sua *doxa naturalis*. Temos até uma coloração e uma tonalidade de bronzeamento para pele como paradigma sacro da cultura de uma região, enaltecidos e profundidos nas mídias. Identificação e projeção tornam-se apenas momentos diferentes do mesmo, seu denominador cultural é a estesia. Emoção como princípio e finalidade das práticas coletivas, e agora como um meio em si mesmo – emoção gerando emoção através das construções estetizadas do *discurso hiperbólico* – a epiderme da cultura brasileira.

4.5 - A elisão do Sujeito e a ideologia-residual na narrativa jornalística

Tantos nos fatores e relações de produção quanto nos discursos legitimadores que deles decorrem como códigos institucionais de campo a performatividade encontra uma identidade operacional com os mecanismos fundamentais do sujeito cujo caráter singular se desnatura nessa indistinção. O mecanismo ideológico geral ele mesmo se vê plenamente objetivado em sua função, e o sujeito dissecado em estruturas transcendentais iguais àquela qual um sistema autorregulado pela própria propulsão interna. O noticiário jornalístico igualou sua formação a todo fator de linguagem conforme o modus performático de sua formação: carente de substância, asséptico na matéria, despersonalizado na forma, impessoal no léxico.

O fator hipotético desse discurso como inconsciente funcional do sujeito da fala se mostra como alteridade à mensagem, à lacuna que se denuncia o grau de doxologia implícito de todo enunciado: a concomitância da destinação torna-se a ideologia de campo do discurso jornalístico, a presunção de representação da realidade o código de efetivação à legitimação deste na incorporação do habitus.

A ideologia vertida em simulação se mostra residualmente como modo de apresentação de uma fala ao receptor. São os sintomas dos limites do assimilável de uma formação econômico-social como determinantes de uma visão da práxis que comparecem como ideologia nesse enunciado. Como atividade que implica internamente uma função social determinada à qual alude implicitamente. Falar de habitus e acontecimentos sem denunciar que essa fala constitui-se, doravante, desses mesmos fatores. Mostrar-se além da ideologia é cair inevitavelmente no sofisma de recair mais ao fundo dela. Sua projeção representacional para além da ideologia é sua confirmação de está-la confirmando de modo prático. Assim, a limpeza discursiva da ideologia é para o jornal sua efetiva participação no habitus como ideologia de campo, como doxa etérea.

A ideologia do jornal é a *performance* discursiva: enunciado e mecanismo ideológicos apresentam-se sob a mesma insígnia. Sou puro mecanismo enunciado, entenda-se, sou ideologia puramente operada na enunciação. O sujeito por trás do discurso não mais se reconhece exatamente porque já não pode distinguir-se sobremaneira desse. Trata-se de uma subjetividade perfeitamente duplicada e transladada que se constitui o discurso jornalístico numa formação já hiperideológica. Mas essa liquidez discursiva é moldada particularmente em seu dizer algo sobre algo a sua maneira asséptica.

A recepção comporta um modo de adequação discursiva a seu vasilhame lingüístico, a ideologia só reaparece como vestígio já como deformidade inerente da relação, com encargos intelectivos da destinação. Um círculo vicioso que reflete o inacessível da relação como o código de um código. O enunciado volta ao círculo da significação denunciando a ideologia como não mais que uma "magia do código" (BAUDRILLARD: op.cit.), incapacidade de desfetichizá-lo, de comprovar sua valência real. Sujeito e ideologia modal são elididos na identidade e dão lugar à assunção do código como o real da relação – a mensagem do jornal e a contemplação do código real tornam-se uma e a mesma coisa, assunção do real pelo código, a ideologia como reminiscência do sujeito no sei vazio do discurso.

5 – SÍNTESE E CONCLUSÃO

A formação discurso de caráter fundamentalmente imagético do jornalismo constitui uma narrativa performativa que arregimenta imagens apostasiadas da vida social dados fenômenos observáveis para reversão de sua materialidade em elemento basal de sua mensagem. Pelo manejo do código operacional segundo a lei de composição dos elementos significantes da realidade reconstrói com implicação de deformação imaginária (entenda-se ideológica) essa realidade dinâmica qual logrou testemunhar por diversas vias enunciativas.

Achata seu objeto como campo de formação fenomênica a dados estritamente estéticos cujo principal mote expositivo e material é a formação de imagem, estas já duplicadas pelo código elementar do que se posta como assunção da relação imaginária, da percepção e dos processos primários de estesia. Sua narrativa é verossímil (ou “realista”) conquanto se considere sempre reconstrução financiada por elementos hipotéticos e figurações engendradas segundo a forma elementar da realidade, sua orientação doxológica doravante antecipa uma conclusão cuja demonstrabilidade não se anuncia de pronto, posta-se nesse relato como sentença-imagética, um desfecho logrado como axiomático para todas as séries de hipóteses enunciativas previamente engendradas - no sentido estrito de uma função imaginária da projeção imediata da destinação. De tal modo seu discurso se iguala à realidade percebida e ao código da relação do sujeito, pelo código, o mecanismo da ideologia que opera na base assume-se na função como transmutável em simulação, engendrando uma estreita identidade para qual o particular da ideologia no conteúdo do discurso não pode ser vislumbrado prontamente.

O que se propõe como função modal da ideologia no campo de sua atividade se dá na relação circular com a recepção, como deformação (imaginária) inerente da adequação sintática dos discursos pela "magia do código". Sua performatividade lingüística é da mesma ordem do modus operandi versátil que para o sujeito fundamenta-se de sua lógica constitutiva operando em suas estruturas: nesse ponto encontra-se uma idêntica correspondência dos mecanismos da ideologia e do sujeito, e da formação de um tipo de discurso midiático igualmente àqueles segundo sua sintaxe.

Se a ideologia, após a hipostasia do simulacro nesse discurso, deve comparecer, é na relação como efeito de retroação à barra de resistência, e como o Inconsciente, não pode estabelecer-se como mais que uma hipótese obrigatória e irresolúvel em sua formação geral, se seu conceito se mantém, este está fadado ao problemático, mas é um recurso organizativo e balizador ao tratamento de um imaginário social histórico em sua manifestação.

Ademais os resíduos de uma ideologia de campo como formação particular de uma identificação imaginária, dada a proliferação das imagens gerais pelo código de sua composição, só pode, doravante, se reconhecer pela reminiscência histórica da singularidade subjetiva qual se suscita lacunarmente como ponto cego dessa relação sem inidênticos - o sujeito lamurioso de sua dessubstancialização ou desontificação imaginária dada pelo próprio código de assimilação imaginária pelo manejo elementar dos mecanismos simbólicos quais comporta. O referente real, estável, é sua utopia desde então.

Referências Bibliográficas:

1. ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
2. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Trad. Walter José Evangelista & Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Graal, 2003 -- (9ª ed.).
3. ARISTÓTELES. *Arte poética*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
4. BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buogermينو, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIEFEL, 2003.
5. BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. Trad. Maria Stela Gonçalves & Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
6. _____. *O sistema dos objetos*. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2006 -- (4ª ed.).
7. _____. *Simulacros e simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
8. _____. *Tela total, mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Org. e trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.
9. BAUMAN, Zygmunt. *Globalização; as conseqüências humanas*. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

10. _____. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
11. BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* in *Teoria da cultura de massa*. LIMA, Luís Costa (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2000.
12. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Org. e trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
13. CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003. -- (Coleção primeiros passos; 13).
14. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos de Abreu. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.
15. DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2003 -- (4ª ed.).
16. FONSECA, Marcelo Alves. *Aula de Introdução à comunicação; cathedra de, do curso de graduação em comunicação social*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes (campus Tijuca), 2004/semestre 1º -- (discurso oral).
17. GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 -- (20ª ed.).
18. JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2006 -- (2ª ed.).
19. KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

20. KNOPP, Fellipe. *O circo e o espetáculo*. Disponível em <<http://theorikondoxas.blogspot.com>> , em 06/08/2009. Acessado na data citada.
21. LACAN, Jacques. *Escritos*. V. BR. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
22. LUCCHESI, Ivo. *Crise e escritura; uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
23. LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
24. Magno, M.D. *O pato lógico*. Rio de Janeiro: AOutra Ed, 1983 -- (2ª ed.).
25. _____. *Est'Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
26. MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX – Neurose* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 9ªed. -- (ed. bra. de *O espírito do tempo*).
27. NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 2003 -- (5ª ed.).
28. SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso; televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.